

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	21
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	118
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	122
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	123
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	125
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	126

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	18.829
Preferenciais	18.829
Total	37.658

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	990.224.751	838.535.727	779.011.514
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	163.426.338	125.473.179	125.855.124
1.01.01	Caixa	19.522.250	9.543.649	11.358.459
1.01.01.01	Disponibilidades	19.522.250	9.543.649	11.358.459
1.01.02	Aplicações de Liquidez	143.904.088	115.929.530	114.496.665
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	62.644.146	28.703.365	45.325.687
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	80.071.025	76.924.193	61.302.911
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	10.301.972	7.868.067
1.02	Ativos Financeiros	677.147.200	572.188.715	532.871.264
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	97.661.575	43.744.131	57.718.825
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	65.380.859	32.557.896	47.827.195
1.02.02.02	Derivativos	32.280.716	11.186.235	9.891.630
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	134.119.306	118.471.594	106.498.971
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	134.119.306	118.471.594	106.498.971
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	445.366.319	409.972.990	368.653.468
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	16.317.905	11.739.597	11.256.327
1.02.04.04	Operações de Crédito	279.580.268	211.251.830	184.740.287
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-21.835.445	-18.661.967	-16.734.154
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	171.303.591	205.643.530	189.391.008
1.03	Tributos	35.748.981	28.074.411	24.447.559
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	35.748.981	28.074.411	24.447.559
1.03.01.06	Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	35.748.981	28.074.411	24.447.559
1.04	Outros Ativos	78.494.353	75.701.458	64.941.064
1.04.03	Outros	78.494.353	75.701.458	64.941.064
1.04.03.01	Outros Ativos	78.494.353	75.701.458	64.941.064
1.05	Investimentos	23.208.562	26.831.540	21.491.544
1.05.01	Participações em Coligadas	23.187.617	26.810.793	21.470.777
1.05.05	Outros Investimentos	20.945	20.747	20.767

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.06	Imobilizado	6.102.538	6.214.168	5.825.407
1.06.01	Imobilizado de Uso	6.102.538	6.214.168	5.825.407
1.07	Intangível	6.096.779	4.052.256	3.579.552
1.07.01	Intangíveis	6.096.779	4.052.256	3.579.552

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	990.224.751	838.535.727	779.011.514
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	638.983.840	591.787.854	524.110.209
2.01.01	Depósitos	292.520.822	214.983.542	199.067.946
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	119.188.451	111.939.869	105.464.821
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	36.043.882	60.517.226	38.392.230
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	53.750.603	43.870.657	31.997.566
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	4.920.596	3.697.638	4.242.194
2.01.09	Outras Obrigações	89.024.053	122.383.166	103.298.510
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	17.389.567	3.774.395	3.161.676
2.01.11	Outros Passivos	26.145.866	30.621.361	38.485.266
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	266.355.217	170.283.938	185.244.584
2.02.01	Depósitos	99.950.659	59.228.624	60.018.496
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	99.950.659	59.228.624	60.018.496
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	40.783.009	17.692.578	31.485.359
2.02.02.02	Carteira de Livre Movimentação	40.783.009	17.692.578	31.485.359
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	125.621.549	93.362.736	93.740.729
2.02.03.04	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.015.924	31.062.142	38.879.874
2.02.03.05	Obrigações por Empréstimos	1.221.159	1.788.469	2.308.035
2.02.03.06	Obrigações por repasses do País - Instituição Oficiais	7.827.793	8.056.939	9.025.052
2.02.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	17.737.559	10.208.817	7.522.291
2.02.03.08	Outros Passivos Financeiros	14.239.221	11.009.883	11.292.200
2.02.03.09	Outros Passivos	33.579.893	31.236.486	24.713.277
2.03	Provisões	313.983	261.741	264.978
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	313.983	261.741	264.978
2.04	Passivos Fiscais	5.388.834	6.514.471	4.162.494
2.04.01	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	5.388.834	6.514.471	4.162.494
2.05	Outros Passivos	79.182.877	69.687.723	65.229.249
2.05.01	Capital Social Realizado	57.000.000	57.000.000	57.000.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.05.02	Reservas de Capital	302.665	197.369	140.707
2.05.04	Reservas de Lucro	23.128.797	12.909.736	9.620.554
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-457.227	261.753	-1.070.580
2.05.07	(-) Ações em Tesouraria	-791.358	-681.135	-461.432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	99.165.058	74.721.192	70.682.676
3.01.01	Operações de Crédito	46.237.064	42.352.541	42.274.465
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	57.259.976	28.749.086	28.174.288
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-277.672	-2.509.211	-4.897.778
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	-5.605.733	2.308.073	1.354.843
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.551.423	3.820.703	3.776.858
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-83.174.153	-50.096.357	-49.934.547
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-44.594.777	-30.172.230	-31.690.413
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-24.511.485	-6.309.687	-7.496.709
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.216.424	-13.431.661	-10.605.611
3.02.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-851.467	-182.779	-141.814
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	15.990.905	24.624.835	20.748.129
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-8.238.856	-10.000.043	-8.097.463
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	14.126.335	14.668.997	13.522.010
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	14.126.335	14.668.997	13.522.010
3.04.03	Despesas com Pessoal	-6.220.134	-6.786.496	-6.960.989
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-11.337.530	-10.318.009	-9.627.874
3.04.05	Despesas Tributárias	-2.841.346	-3.228.943	-2.778.602
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	4.600.025	4.288.089	3.483.030
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-9.813.620	-11.450.684	-8.550.693
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.247.414	2.827.003	2.815.655
3.04.08.01	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	3.007.124	2.724.415	2.610.560
3.04.08.02	Resultado Não Operacional	240.290	102.588	205.095
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	7.752.049	14.624.792	12.650.666
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.036.741	2.811.547	1.502.014
3.06.02	Diferido	8.036.741	2.811.547	1.502.014
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	15.788.790	17.436.339	14.152.680
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-64.555	-1.790.837	-505.438

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-28.965	-1.061.570	-313.687
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-35.590	-729.267	-191.751
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	15.724.235	15.645.502	13.647.242
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-1.668.087	-1.557.012	-1.480.848
3.10.01	Participações	-1.668.087	-1.557.012	-1.480.848
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.056.148	14.088.490	12.166.394

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.056.148	14.088.490	7.995.872
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-718.979	1.332.333	567.523
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-1.291.042	2.011.633	1.551.570
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	572.063	-679.300	-984.047
4.04	Resultado Abrangente do Período	13.337.169	15.420.823	8.563.395

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	25.984.912	5.902.586	8.149.991
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	6.853.719	25.923.866	23.907.523
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	14.056.148	14.088.490	12.166.394
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-7.202.429	11.835.376	11.741.129
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.131.193	-20.021.280	-15.757.532
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-30.183.420	-4.051.571	-18.619.923
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-53.026.271	9.445.129	11.492.965
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-79.248.979	-38.153.003	-23.880.061
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	10.951.716	504.700	-7.241.688
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	19.854.630	-24.940.850	-42.392.925
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	-107.645	0	0
6.01.02.07	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	0	219.922	-121.468
6.01.02.08	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-7.476.244	1.394.199	-3.939.116
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Depósitos	118.259.315	15.125.724	29.118.379
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	30.339.013	-7.317.732	-5.757.262
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.318.412	8.473.611	-5.340.800
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	2.398.424	20.786.356	51.733.148
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	52.242	-3.236	-88.237
6.01.02.14	Imposto Pago	0	-1.504.529	-720.544
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.413.296	-5.103.483	-1.586.253
6.02.01	Aquisição de Investimento	-145	0	-202
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.076.414	-1.447.680	-1.265.380
6.02.03	Aplicações no Intangível	-1.746.278	-1.826.828	-754.305
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	0	0	1.649
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	639.346	752.653	493.272
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	101.729	16.060	157.118
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.293.445	1.299.937	1.170.871
6.02.08	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-493.156	-2.613.249	-1.278.052

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.10	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	0	0	-111.224
6.02.11	Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	-1.600.000	-1.291.630	0
6.02.12	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	6.294.769	7.254	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.628.469	-5.232.520	-3.373.171
6.03.02	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	9.347.750
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-110.223	-218.814	-312.304
6.03.04	Pagamento de Dívidas Subordinadas	0	-9.924.747	-544.566
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	71.204.332	45.052.823	73.765.081
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-82.628.491	-32.930.091	-78.903.009
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-10.094.087	-6.882.799	-6.042.340
6.03.08	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	-328.892	-683.783
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-99	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.769.739	-4.433.516	3.190.567
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.421.432	25.854.948	22.664.381
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.191.171	21.421.432	25.854.948

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.068	-110.223	0	-3.837.087	0	-3.962.378
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-110.223	0	0	0	-110.223
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendas	0	-15.068	0	0	0	0	-15.068
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-512.087	0	-512.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.325.000	0	-3.325.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	120.364	10.219.061	-718.980	-10.219.061	0	-598.616
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	120.364	9.516.254	-718.980	-9.516.254	0	-598.616
5.06.02.01	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	120.364	0	0	0	0	120.364
5.06.02.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	9.516.254	0	-9.516.254	0	0
5.06.02.03	Ajuste de Valiação Patrimonial	0	0	0	-1.291.042	0	0	-1.291.042
5.06.02.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	572.062	0	0	572.062
5.07	Saldos Finais	57.000.000	302.665	22.337.439	-457.227	0	0	79.182.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	140.707	9.159.122	-1.070.580	0	0	65.229.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	140.707	9.159.122	-1.070.580	0	0	65.229.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.796	-219.703	0	-10.800.000	0	-11.013.907
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	-889	0	0	0	-889
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	5.796	-218.814	0	0	0	-213.018
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-6.790.000	0	-6.790.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.010.000	0	-4.010.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.088.490	0	14.088.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.088.490	0	14.088.490
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	50.866	3.289.182	1.332.333	-3.288.490	0	1.383.891
5.06.01	Constituição de Reservas	0	50.866	3.289.182	0	-3.289.182	0	50.866
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	704.459	0	-704.459	0	0
5.06.01.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	2.584.723	0	-2.584.723	0	0
5.06.01.03	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	50.866	0	0	0	0	50.866
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	2.011.631	0	0	2.011.631
5.06.02.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	2.011.631	0	0	2.011.631
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-679.298	692	0	-678.606
5.06.03.01	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	-679.298	0	0	-679.298
5.06.03.02	Outros	0	0	0	0	692	0	692
5.07	Saldos Finais	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.07.04	Outros	0	197.369	0	0	0	0	0
5.07.05	Capital Social	57.000.000	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	172.398	3.905.720	-1.584.172	0	0	59.493.946
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	172.398	3.905.720	-1.584.172	0	0	59.493.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.868	-312.992	0	-6.600.000	0	-6.928.860
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	-688	0	0	0	-688
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-312.304
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-15.868	-312.304	0	0	0	-15.868
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-2.520.000	0	-2.520.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.080.000	0	-4.080.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	12.166.394	0	12.166.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.166.394	0	12.166.394
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-15.823	5.566.394	513.592	-5.566.394	0	497.769
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-15.823	5.566.394	0	-5.566.394	0	-15.823
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	608.320	0	-608.320	0	0
5.06.01.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.958.074	0	-4.958.074	0	0
5.06.01.03	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-15.823	0	0	0	0	-15.823
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-366.660	0	0	-366.660
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	880.252	0	0	880.252
5.07	Saldos Finais	57.000.000	140.707	9.159.122	-1.070.580	0	0	65.229.249
5.07.05	Capital Social	57.000.000	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	95.105.153	69.008.987	70.579.527
7.01.01	Intermediação Financeira	99.165.058	74.721.192	70.682.676
7.01.02	Prestação de Serviços	14.126.335	14.668.997	13.522.010
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-13.216.424	-13.431.661	-10.605.611
7.01.04	Outras	-4.969.816	-6.949.541	-3.019.548
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-69.957.729	-36.664.696	-39.328.936
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	434.939	-4.841.695	-7.251.461
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-253.865	-255.961	-250.930
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.067.985	-1.951.254	-1.863.132
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.489	-110.466	-341.006
7.03.04	Outros	2.760.278	-2.524.014	-4.796.393
7.04	Valor Adicionado Bruto	25.582.363	27.502.596	23.999.130
7.05	Retenções	-2.641.934	-2.217.366	-2.008.195
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.641.934	-2.217.366	-2.008.195
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.940.429	25.285.230	21.990.935
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.007.124	2.724.415	2.610.560
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.007.124	2.724.415	2.610.560
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.947.553	28.009.645	24.601.495
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	25.947.553	28.009.645	24.601.495
7.09.01	Pessoal	7.093.344	7.619.942	7.537.255
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.623.045	3.978.454	4.034.284
7.09.01.02	Benefícios	1.243.870	1.351.522	1.304.875
7.09.01.03	F.G.T.S.	315.165	430.344	394.537
7.09.01.04	Outros	1.911.264	1.859.622	1.803.559
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.003.628	5.523.566	4.188.622
7.09.02.01	Federais	3.312.646	4.900.468	3.471.911
7.09.02.02	Estaduais	567	855	913
7.09.02.03	Municipais	690.415	622.243	715.798

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	794.433	777.648	709.224
7.09.03.01	Aluguéis	794.433	777.648	709.224
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	14.056.148	14.088.489	12.166.394
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.325.000	4.010.000	4.080.000
7.09.04.02	Dividendos	512.087	6.790.000	600.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.219.061	3.288.489	7.486.394

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	0	762.237.452	723.865.007
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	20.127.364	19.463.587
1.02	Ativos Financeiros	0	660.335.799	628.649.743
1.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	89.534.662	113.481.591
1.04	Outros Ativos	0	6.726.604	6.524.632
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	1.325.335	1.380.231
1.04.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	339.932	343.934
1.04.03	Outros	0	5.061.337	4.800.467
1.05	Investimentos	0	1.070.762	1.053.315
1.05.01	Participações em Coligadas	0	1.070.762	1.053.315
1.06	Imobilizado	0	9.781.957	6.588.975
1.06.01	Imobilizado de Uso	0	9.781.957	6.588.975
1.07	Intangível	0	30.595.788	30.018.988
1.07.01	Intangíveis	0	2.220.784	1.640.700
1.07.02	Goodwill	0	28.375.004	28.378.288

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	0	762.237.452	723.865.007

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04.05.01	Receitas de Instrumentos de Patrimônio	0	18.933	32.623
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (líquidos)	0	2.462.545	-2.782.802
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	0	-2.788.537	-2.806.471
3.04.05.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais	0	-1.107.719	-1.055.850
3.04.05.05	Resultado na Alienação de Ativos não Classificados como Ativos não Correntes Mantidos para Venda	0	10.646	-25.476
3.04.05.06	Resultado na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda não Classif. como Op. Descont.	0	9.843	181.734
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	0	-2.391.857	-1.739.959
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	0	-3.681.586	-1.999.604
3.04.06.03	Perdas com Ativos Financeiros (líquidas)	0	-13.369.905	-12.713.435
3.04.06.04	Perdas com Outros Ativos (líquidas)	0	-131.435	-508.310
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-5.641.699	-3.109.853
3.06.01	Corrente	0	-6.692.328	-4.704.293
3.06.02	Diferido	0	1.050.629	1.594.440
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	16.406.932	12.582.477
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	224.518	217.441
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	2,09483	1,60434
3.99.01.02	PN	0	2,30132	1,76478
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	2,09483	1,60434
3.99.02.02	PN	0	2,30132	1,76478

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-6.414.527	-19.287.950
6.01.02.01	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	0	855	16.629.126
6.01.02.03	Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	0	11.080.730	-8.791.116
6.01.02.04	Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	0	0	1.692.154
6.01.02.05	Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	0	11.831.411	-16.412.738
6.01.02.06	Ativos financeiros não destinados a neg mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	0	746.024	-419.851
6.01.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	-8.835.552	-4.323.459
6.01.02.10	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	0	-60.462.247	-75.906.801
6.01.02.12	Outros ativos	0	3.306.269	7.619.372
6.01.02.14	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	0	-4.874.323	1.616.446
6.01.02.15	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	0	3.373.359	1.946.056
6.01.02.16	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	0	40.961.046	57.833.935
6.01.02.17	Outros passivos	0	1.759.085	2.897.497
6.01.02.18	Impostos pagos	0	-5.301.184	-3.668.571
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-2.305.410	-2.360.078
6.02.01	Investimentos no Ativo Tangível	0	-1.924.783	-1.394.299
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	0	-1.311.800	-1.616.222
6.02.03	Alienação de Ativo Tangível	0	29.911	122.009
6.02.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	148.273	112.100
6.02.05	Ativos não correntes mantidos para venda	0	753.735	563.609
6.02.08	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	0	-746	-111.224
6.02.11	Aumento de capital de participações em coligadas e empreendimentos em conjunto	0	0	-36.051
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-26.199.863	-3.303.036
6.03.01	Aquisição de ações próprias	0	-219.703	-312.305
6.03.02	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	9.347.750
6.03.03	Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	0	53.017.039	73.765.081
6.03.04	Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio	0	-6.953.718	-6.076.073
6.03.05	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	0	-61.914.716	-78.903.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.06	Pagamentos de dívida subordinada	0	-9.885.607	-544.566
6.03.07	Pagamentos de juros dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	0	-328.892	-683.783
6.03.08	Aumento em participações não-controladoras	0	-14.266	55.869
6.03.09	Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras	0	100.000	48.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-99	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-3.633.572	2.614.258
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	25.285.160	22.670.902
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	21.651.588	25.285.160

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	-1.478.432	30.377.693	5.982.477	-878.863	91.002.875	592.585	91.595.460	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	-1.478.432	30.377.693	5.982.477	-878.863	91.002.875	592.585	91.595.460	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.600.000	-4.200.000	0	-10.800.000	0	-10.800.000	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.600.000	-4.200.000	0	-10.800.000	0	-10.800.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	12.582.477	3.824.455	793.154	17.200.086	0	17.200.086	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	12.582.477	-12.582.477	0	0	0	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.406.932	793.154	17.200.086	0	17.200.086	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	730.297	-1.482.678	0	0	-752.381	-34.004	-786.385	0
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-748.135	34.877.492	5.606.932	-85.709	96.650.580	558.581	97.209.161	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	-1.165.440	28.966.451	2.624.064	-774.368	86.650.707	436.894	87.087.601	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.245.023	0	-296.802	-1.541.825	0	-1.541.825	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	-1.165.440	27.721.428	2.624.064	-1.071.170	85.108.882	436.894	85.545.776	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.300.000	-300.000	0	-6.600.000	0	-6.600.000	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.300.000	-300.000	0	-6.600.000	0	-6.600.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.924.064	3.658.413	192.307	12.774.784	217.441	12.992.225	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	8.924.064	-8.924.064	0	0	0	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	12.582.477	192.307	12.774.784	217.441	12.992.225	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-312.992	32.201	0	0	-280.791	-61.750	-342.541	0
5.07	Saldos Finais	57.000.000	-1.478.432	30.377.693	5.982.477	-878.863	91.002.875	592.585	91.595.460	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	0	71.158.923	65.035.711
7.01.01	Intermediação Financeira	0	72.841.060	70.478.393
7.01.02	Prestação de Serviços	0	15.713.152	14.132.159
7.01.04	Outras	0	-4.025.384	-6.861.406
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-28.519.953	-28.557.051
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-7.544.695	-7.219.152
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	0	-659.656	-544.237
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-6.047.498	-5.572.127
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-131.435	-508.310
7.03.04	Outros	0	-706.106	-594.478
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	35.094.275	29.259.508
7.05	Retenções	0	-2.391.857	-1.739.959
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-2.391.857	-1.739.959
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	32.702.418	27.519.549
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	149.488	65.958
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	149.488	65.958
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	32.851.906	27.585.507
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	32.851.906	27.585.507
7.09.01	Pessoal	0	8.457.212	8.185.896
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	5.961.765	5.863.584
7.09.01.02	Benefícios	0	1.637.099	1.534.560
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	502.173	448.699
7.09.01.04	Outros	0	356.175	339.053
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	7.674.704	5.813.381
7.09.02.01	Federais	0	6.571.450	4.864.176
7.09.02.02	Estaduais	0	54	224
7.09.02.03	Municipais	0	1.103.200	948.981
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	88.540	786.312

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.03.01	Aluguéis	0	88.540	786.312
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	16.631.450	12.799.918
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	10.800.000	6.600.000
7.09.04.02	Dividendos	0	5.606.932	5.982.477
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	224.518	217.441

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada “segunda onda” de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira – notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores – a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre – continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários – a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos – patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o gatilho para a melhora registrada ao longo do período diz respeito à redução das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em respeitar às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos.

Portanto, para que haja melhora adicional no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	108.988,3	82.740,4	31,7	7.641,5	21.783,3	(64,9)
Despesas da Intermediação Financeira	(87.751,0)	(51.759,7)	69,5	6.651,9	(14.493,7)	(145,9)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	21.237,3	30.980,7	(31,4)	14.293,4	7.289,6	96,1
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(12.555,1)	(14.218,8)	(11,7)	(3.838,5)	(2.595,8)	47,9
Resultado Operacional	8.682,3	16.761,9	(48,2)	10.454,9	4.693,7	122,7
Resultado não Operacional	239,0	8,5	2.718,3	(13,5)	15,9	(185,0)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.921,2	16.770,4	(46,8)	10.441,4	4.709,6	121,7
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	6.539,5	(462,1)	(1.515,2)	(6.113,8)	(412,6)	1.381,7
Participações no Lucro	(1.857,9)	(1.734,9)	7,1	(436,7)	(457,7)	(4,6)
Participações dos Acionistas Minoritários	(133,4)	(392,4)	(66,0)	(32,3)	(28,1)	14,9
Lucro Líquido Societário	13.469,4	14.181,0	(5,0)	3.858,7	3.811,2	1,2

Resultado Operacional antes da Tributação (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.921,2	16.770,0	(46,8)	10.441,4	4.709,6	121,7
Hedge Cambial	13.271,2	1.370,8	868,2	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	22.192,4	18.140,8	22,3	6.193,4	6.781,4	(8,7)

Imposto sobre a Renda (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.539,5	(462,0)	(1.515,5)	(6.113,8)	(412,6)	1.381,7
Hedge Cambial	(13.271,2)	(1.370,8)	868,2	4.248,0	(2.071,8)	(305,0)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(6.731,7)	(1.832,8)	267,3	(1.865,8)	(2.484,5)	(24,9)

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido, possibilitou a captura de importantes oportunidades no período, priorizando sempre as necessidades dos clientes. Nesse sentido, oferecemos um plano de prorrogação de parcelas de vários tipos de financiamentos concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. No exercício, foi constituída uma provisão adicional de R\$3,2 bilhões suportada por uma alteração no cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de provisionamento. Além disso, o Banco seguiu com evolução contínua dos nossos modelos de riscos, que ajudou na manutenção, em patamares controlados, da qualidade da carteira de crédito. Como efeito das nossas ações no período, observamos crescimento das margens enquanto atingimos o melhor patamar histórico do índice de eficiência.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 18,11% no exercício, queda de 2,90 p.p. e de 13,79% nos últimos 12 meses.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, toda variação cambial passará a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

A Lei 14.031/20, de 28 de julho de 2020, determina que, a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial dos investimentos no exterior será integralmente computada nas bases do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	16.791,9	1.511,3	1011,1	(5.015,4)	2.449,4	(304,8)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(30.374,9)	(2.776,6)	993,,9	9.723,8	(4.587,7)	(311,9)
IR/CSLL	13.271,2	1.370,8	868,1	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	311,8	(106,5)	(392,8)	(460,4)	66,5	(792,3)

b) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 18.464 milhões no acumulado do ano, queda de 1,2% sobre o 12M19, explicada, principalmente, pela menor receita de cartões e serviços adquirente. No 4T20, essas receitas somaram R\$ 5.133 milhões, 8,2% superiores ao 3T20, como resultado do melhor desempenho de quase todas as linhas de receitas

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Administração de Recursos	1.016,9	1.085,9	(6,4)	276,7	262,0	5,6
Serviços de Conta Corrente	3.965,6	3.857,1	2,8	1.057,7	1.021,6	3,5
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.437,6	1.379,3	4,2	389,1	378,2	2,9
Operações de Crédito	805,8	834,5	(3,4)	233,5	197,2	18,4
Rendas de Garantias Prestadas	631,8	544,7	16,0	155,6	181,0	(14,0)
Comissões de Seguros	3.116,9	3.118,3	(0,0)	907,4	745,3	21,7
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.590,2	6.118,4	(8,6)	1.621,7	1.406,5	15,3
Cobrança e Arrecadações	1.471,1	1.514,6	(2,9)	384,8	368,6	4,4
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.062,0	982,1	8,1	223,5	361,0	(38,1)
Outras	803,7	628,8	27,8	272,4	203,1	34,1
Total	18.464,0	18.684,5	(1,2)	5.133,3	4.746,3	8,2

Despesas Gerais - As despesas gerais, incluindo depreciação e amortização sem ágio, totalizaram R\$ 21.835 milhões no acumulado do ano, 2,7% superiores ao 12M19, e significativamente abaixo da inflação de 4,52% do período. Na comparação trimestral, as despesas gerais registraram um aumento de 9,4%.

As despesas com pessoal, incluindo PLR, somaram R\$ 9.035 milhões no acumulado do ano, queda de 4,9% sobre o mesmo período do ano anterior. Em três meses, essas despesas apresentaram aumento de 13,5%.

As despesas administrativas, excluindo depreciação e amortização, atingiram R\$ 9.705 milhões no ano, alta de 4,9% comparado ao 12M19, com destaque para o incremento de gastos com processamento de dados em função do desenvolvimento de projetos. Em relação ao 3T20, essas despesas expandiram 9,4% como resultado, principalmente, da maior despesa com serviços técnicos especializados e de terceiros, e com propaganda, promoções e publicidade, resultado dos maiores gastos com campanhas de final de ano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Gerais (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %	4T20	3T20	variação trimestral %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.035,2)	(9.496,2)	(4,9)	(1.522,0)	(1.340,7)	13,5
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(12.800,4)	(11.775,1)	8,7	(3.456,9)	(3.210,0)	7,7
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(21.835,5)	(21.271,3)	2,7	(4.978,9)	(4.550,7)	9,4

2.2) Ativos e Passivos

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19	variação anual %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	988.537,8	844.294,7	17,1
Permanente	13.851,2	13.248,4	4,5
Total do Ativo	1.002.389,0	857.543,1	16,9
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	921.914,6	785.789,3	17,3
Resultados de Exercícios Futuros	355,5	285,2	24,7
Participação dos Acionistas Minoritários	1.150,7	1.695,4	(32,1)
Patrimônio Líquido	78.968,2	69.773,2	13,2
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.002.389,0	857.543,1	16,9

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19	variação anual %
Carteira de Crédito	411.654,8	352.027,9	16,9
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos	266.088,4	193.454,7	37,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.698,3	43.367,5	60,7
Relações Interfinanceiras	91.011,3	89.265,0	2,0

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19	variação anual %
Pessoa Física (1)	173.627,0	155.337,8	11,8
Financiamento ao Consumo	60.256,3	58.231,0	3,5
Pessoa Física (1)	53.974,2	50.671,1	6,5
Pessoa Jurídica	6.282,1	7.559,9	(16,9)
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	55.914,9	41.261,7	35,5
Grandes Empresas	121.183,5	97.197,3	24,7
Sim	673,1	0,0	673,1
Total Carteira de Crédito	411.654,8	352.027,9	16,9
Outras Operações com Riscos de Crédito	99.311,8	80.505,1	23,4
Total Carteira ampliada (bruta)	510.966,6	432.533,0	18,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2)	(25.067,0)	(21.408,1)	17,1
Total Carteira de Crédito (líquida)	485.899,6	411.124,9	18,2

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$227.601 em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 – R\$206.009).

(2) Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A carteira de crédito alcançou R\$ 411.655 milhões em 2020 o que representa um aumento de 16,9% em relação ao ano anterior. Praticamente todos os segmentos registraram variação positiva no ano, sendo os segmentos PMEs e Grandes Empresas, as variações mais expressivas, 35,5% e 24,6%, respectivamente.

Além disso, o desempenho segue suportado pela plataforma +Negócios, que atua no segmento de veículos e oferece melhor experiências durante toda a jornada do cliente.

Inadimplência

O índice de inadimplência superior a 90 dias reduziu 0,9 p.p. no ano e atingiu 2,1% em dezembro de 2020, menor patamar já registrado. Esse movimento foi resultado da melhoria do índice dos segmentos PF e PJ que ainda são influenciados, em parte, pelo efeito das prorrogações de pagamentos oferecidas aos nossos clientes. Além disso, o mix de produtos, com menor participação dos rotativos, também contribui positivamente para o bom desempenho do índice de inadimplência. Em três meses, o indicador ficou estável.

O índice de inadimplência de 15 a 90 dias atingiu 2,8% em dezembro de 2020, redução de 1,0 p.p. no ano em ambos segmentos. No trimestre, o índice reduziu 0,3 p.p., beneficiado também pelo aumento da carteira de crédito no período.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa 6,1% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2020, 6,1% em 31 de dezembro de 2019.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2020 e de 2019, foi de R\$13.689 milhões e R\$13.447 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 1,8%.

2.4) Captações com Clientes

Captações com Clientes (R\$ Milhões)	12M20	12M19	variação anual %
Depósitos à vista	41.821,3	29.107,5	43,7
Depósitos de poupança	63.306,5	49.039,9	29,1
Depósitos à prazo	279.778,6	190.344,5	47,0
Debêntures/LCI/LCA/LIG (1)	52.382,8	50.635,2	3,5
Letras Financeiras/COE	18.462,0	34.526,5	(46,5)
Total das Captações	455.751,2	353.653,6	28,9

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

As captações de clientes totalizaram R\$455.751 milhões em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 28,9% em doze meses (ou R\$102 milhões), influenciadas principalmente pela expressiva expansão de 43,7% em depósitos à vista, e pelo crescimento de 47,0% em depósito a prazo.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para composição do Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		dez-20		dez-19
Características Específicas	Nível I	Nível II	Nível I (1)	Nível II (1)
Emissão	nov-18	nov-18	nov-18	nov-18

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principal	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250
Taxa de Juros (2)	7,250%	6,125%	7,250%	6,125%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28
Valor Contábil	R\$6.554	R\$6.565	R\$5.092	R\$5.083
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019

- (1) Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 18 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.
- (2) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor. Dessa forma, a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 13,2% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do exercício no montante de R\$13.469 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$890 milhões e em plano de benefícios a funcionários no montante de R\$572 milhões (líquidos dos efeitos tributários), em decorrência da remensuração das obrigações atuariais por conta da variação nas taxas de juros ocasionada pelo cenário macroeconômico observado no exercício de 2020.

Ações em Tesouraria

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	Dez/20	Dez/19
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do período	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Referenciada em Ações	(2.925)	(3.080)
Ações em Tesouraria no Final do período	18.829	16.702
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$785.587	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 787.358	R\$ 681.135
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado	R\$33,24	R\$32,10
Custo Máximo	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$44,83	R\$42,60

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, houve destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	Dez/20	Dez/19
---	--------	--------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Juros sobre o Capital Próprio	3.325,0	4.010,0
Dividendos Intercalares	0,0	6.790,0
Total	3.325,0	10.800,0

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base de 2020, a exigência de PR é de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Dez/20	Dez/19
Patrimônio de Referência Nível I	77.571,5	66.481,7
Capital Principal	71.006,3	61.389,5
Capital Complementar	6.565,2	5.092,2
Patrimônio de Referência Nível II	6.554,5	5.083,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	84.126,0	71.565,5
Risco de Crédito	478.303,5	407.786,2
Risco de Mercado	15.846,3	20.235,2
Risco Operacional	57.419,4	47.965,5
Total de RWA	551.569,2	475.986,9
Índice de Basileia Nível I	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,25	15,04

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, das principais controladas diretas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	PL	Lucro Líquido	Carteira de Crédito(1)	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	50.196,7	1.542,3	743,3	48.542,3	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	42.321,1	2.072,0	289,9	0,0	100,00%
Banco Bandepe S.A.	27.002,1	5.369,5	90,9	0,0	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	12.095,2	1.405,5	180,6	9.345,2	39,89%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	8.544,5	5.832,9	78,3	2.096,2	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	6.684,9	3.571,5	570,3	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	420,6	1,3	(14,7)	0,0	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.792,9	1.758,6	88,8	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.009,2	731,3	90,9	0,0	100,00%

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Outros Eventos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1) Plano de Benefício Pós Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

3.2) Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

i) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

ii) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

iii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé).

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil e estão pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil.

iv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição pelo Banco das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

v) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

vi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

vii) Alienação dos Investimentos da Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A alienou sua participação nas empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 e R\$ 14.770, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

viii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A., a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 60% do capital social da Toro Controle. A Toro Controle é uma holding que, em última instância, controla a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Toro Investimentos S.A. (em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

ix) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2020. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

x) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos, A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

xi) Venda da totalidade da participação detida na CIBRASEC

Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

xii) Incorporação de parcela cindida da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda. ("Integrity"), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A ("Getnet"), com versão da parcela cindida de seu patrimônio,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. ("SMPS Global"), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integrity, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integrity. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integrity teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 26 de dezembro de 2020, aprovar a proposta de declaração e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$665 milhões para pagamento a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 18 de dezembro de 2020, aprovar a eleição dos diretores sem designação específica Adriana Marques Lourenço de Almeida, Francisco Soares da Silva Junior, Marilize Ferrazza Santinoni e Ricardo Olivare de Magalhães na qualidade de Diretores sem Designação Específica.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão pago no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Em 09 de outubro de 2020, aprovar (i) a alteração do Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade e (ii) eleição do Sr Tasso Rezende de Azevedo como membro do Comitê de Sustentabilidade.

Em 22 de setembro de 2020 – aprovar a reeleição da Sra Monique Silvano Arantes Bernardes. como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 01 de setembro de 2020, ratificar as deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2020, que tratou da eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para um novo mandato.

Em 28 de agosto de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Rafael Bello Noya, Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 29 de julho de 2020, aprovar (i) a proposta da incorporação da Bosan Participações S.A. pela Companhia; (ii) a proposta da incorporação do Banco Olé Consignado S.A. pela Companhia e (iii) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para o dia 31 de agosto de 2020, às 15 horas, com a finalidade de deliberar as seguintes matérias: (a) ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada responsável pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação das Incorporadas; (b) aprovar os Laudos de Avaliação; (c) aprovar o Protocolo e Justificação da Bosan; (d) aprovar a incorporação da Bosan pela Companhia; (f) aprovar a incorporação do Banco Olé pela Companhia; e (g) autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações.

Em 28 de julho de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Em 28 de julho de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 770 milhões, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de julho de 2020, aprovar a eleição do Sr. João Marcos Pequeno De Biase como Diretor sem designação específica do Banco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 29 de junho de 2020, aprovar (i) a saída do Sr. René Luiz Grande da função de membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; e a (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande para a função de membro do Comitê de Auditoria do Banco.

Em 12 de junho de 2020, aprovar a eleição da Sra. Virginie Genès-Petronilho como membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de maio de 2020, aprovar a alteração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato, são eles: Sra. Deborah Stern Veitas, Sr. Luiz Carlos Nannini e Sra. Maria Elena Cardoso Figueira.

Em 28 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Pedro Augusto de Melo como membro e Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de abril de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 890 milhões pagos no dia 26 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Parnes da função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (ii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vítor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de *Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement)*, constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores no link <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2020.

7. Pessoas

Com a crise de saúde pública desencadeada no início deste ano, nunca se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 38.531 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Temos o serviço de Telemedicina em parceria com o Hospital Albert Einstein, garantindo atendimento médico de alto padrão a 100% dos colaboradores e seus dependentes, além do investimento no Programa de Saúde Emocional que tem apoiado nossas pessoas na adaptação e enfrentamento do distanciamento social.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Desde 2007, o banco realiza a Semana Santander, uma semana que tem como objetivo celebrar a cultura institucional e se conectar com a comunidade, por meio de iniciativas que mobilizam os mais de 45 mil colaboradores. Na edição de 2020, os desafios impostos pela pandemia nos motivaram a extrapolar as fronteiras das agências e dos prédios corporativos, convidando toda a sociedade para participar ainda que de forma remota, mas multiplicando o efeito da campanha. Todo o esforço foi revertido ao projeto “Mães da Favela”, da Central Única das Favelas (CUFA), mais de R\$7.226 milhões distribuídos para mães chefes de família de mais de 5 mil favelas pelo Brasil. A disseminação do #efeitosantander para todo o Brasil!

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 90% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os stakeholders.

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

O ano de 2020 ficará marcado pela transformação nos negócios ESG (*environmental, social and governance*) com o lançamento de produtos inéditos no mercado; pela parceria com Itaú e Bradesco ao assumir dez compromissos para impulsionar o desenvolvimento sustentável na região Amazônica; e também pelo impacto social gerado nas comunidades, principalmente no apoio a instituições para o combate ao COVID-19.

No total, foram viabilizados R\$ 32,3 bilhões em negócios ESG, um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior. Entre as novidades de 2020 estão a primeira operação de ESG Linked Loan, que tem as taxas de juros atreladas ao atingimento de compromissos estratégicos ambientais; a participação na primeira emissão de Green Bonds de uma companhia brasileira do setor de logística no mercado internacional; a emissão da segunda operação realizada no mundo de Sustainable Linked-Bond no valor de US\$1,25 bilhão e o lançamento de uma linha de R\$ 5 bilhões para viabilizar investimentos em saneamento. Foi também o primeiro banco a comercializar CBIOS, títulos emitidos por fabricantes de biocombustíveis para ajudar as distribuidoras a compensarem suas emissões de carbono, e lançou um novo modelo de financiamento a cooperados agro nas áreas de energia solar e irrigação. O Banco relançou o fundo Ethical, um dos primeiros com a temática sustentável e lançou o Santander Go Global Equity ESG, fundo que aplica seus recursos em um offshore de renda variável com carteira diversificada e que investe em empresas de alta qualidade nos principais países do mundo e que apresentem sólidos critérios de sustentabilidade.

No âmbito social, o Banco promoveu uma série de ações para apoiar os clientes e a sociedade diante do cenário da crise de saúde global, cujo recursos aplicados somaram R\$ 100 milhões. Entre as ações destacam-se o apoio a cinco hospitais que atuaram na linha de frente no combate ao COVID-19, no qual mais de R\$ 7 milhões foram arrecadados, sendo metade dos valores doados por funcionários e a outra metade dobrada pelo Banco. Por meio de lives, funcionários arrecadaram ainda cerca de 800 toneladas de alimentos, além de roupas e produtos de higiene. Os materiais foram doados para mais de 500 instituições, impactando mais de 170 mil pessoas no país. Em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), o Banco promoveu um festival de 12 horas, O Canal é Seu, transmitido em canais de televisão e rádio e arrecadou mais de R\$ 3 milhões para o projeto Mães da Favela. Considerando a doação do Banco, no total foram direcionados R\$ 7 milhões que serão distribuídos a 20 mil famílias por meio do SuperDigital. Por fim, a campanha do programa Amigo de Valor, no qual funcionários e clientes doam parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinou R\$ 15,7 milhões para 59 projetos.

Entre os principais reconhecimentos, destacam-se a presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2021, da B3, pelo 11º ano consecutivo e o 1º Prêmio Notáveis CNN 2020, na categoria Responsabilidade Social. O Banco recebeu ainda o score A- no Carbon Disclosure Project (CDP) e com isso figura entre os 2% de empresas com melhor performance climática do Brasil e, entre os 1,5% melhores da América Latina.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco identificou (a) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para empresas; (b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (c) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e (d) aumento em captações realizadas.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

10. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 02/02/2021).

Notas Explicativas**(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).***1. Contexto Operacional**

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, serão divulgadas em 26 de fevereiro de 2021, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2019. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Notas Explicativas

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

h.1 Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

m) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

o) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 31. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 29) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

p) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

q) Captações, Emissões e Outros Passivos

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

s) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

t) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

u) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

w) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual vigora a partir de 29 de maio de 2020, e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:
 - (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;
 - (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas.
- (ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
- (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
- (iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

x) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

y) Participação dos Acionistas Minoritários

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

z) **Garantias Financeiras Prestadas**

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

aa) **Eventos Subsequentes**

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

ab) **Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.

4. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2020	31/12/2019	Banco 31/12/2018
Disponibilidades	19.522.250	9.543.649	11.358.459
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	9.668.922	11.877.783	14.496.489
Aplicações no Mercado Aberto	7.348.568	110.746	4.925.769
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.131.436	1.465.065	1.702.653
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	10.301.972	7.868.067
Total	29.191.171	21.421.432	25.854.948
	31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Disponibilidades	19.512.315	9.924.644	11.629.112
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	9.487.000	11.519.019	13.656.870
Aplicações no Mercado Aberto	7.306.408	110.746	4.925.769
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	991.675	1.105.446	862.449
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	10.302.827	7.868.652
Total	28.999.315	21.443.663	25.285.982

(1) Referem-se as operações de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cujo prazo de vencimento na data efetiva aplicação era igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudanças de valor justo.

5. **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	31/12/2020			Banco 31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	60.337.084	2.307.062	-	62.644.146
Posição Bancada	12.597.164	236.300	-	12.833.464
				28.703.365

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.869.850	-	-	2.869.850	10.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.215.209	3.251	-	2.218.460	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.512.105	233.049	-	7.745.154	810.925
Posição Financiada	6.203.774	-	-	6.203.774	9.011.703
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	457.427
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.203.774	-	-	6.203.774	8.554.276
Posição Vendida	41.536.146	2.070.762	-	43.606.908	18.870.237
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.121.021	348.213	-	8.469.234	2.906.634
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.916.441	1.722.549	-	33.638.990	15.963.603
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.498.684	-	-	1.498.684	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.906.015	30.224.851	30.940.159	80.071.025	76.924.193
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	-	-	1.188.917	10.301.972
Total	80.432.016	32.531.913	30.940.159	143.904.088	115.929.530

	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	60.294.924	2.307.062	-	62.601.986	28.703.365
Posição Bancada	12.597.164	236.300	-	12.833.464	821.425
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.869.850	-	-	2.869.850	10.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.215.209	3.251	-	2.218.460	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.512.105	233.049	-	7.745.154	810.925
Posição Financiada	6.203.774	-	-	6.203.774	9.011.703
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	457.427
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.203.774	-	-	6.203.774	8.554.276
Posição Vendida	41.493.986	2.070.762	-	43.564.748	18.870.237
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.121.021	348.213	-	8.469.234	2.906.634
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.916.441	1.722.549	-	33.638.990	15.963.603
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.456.524	-	-	1.456.524	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.718.022	2.607.709	1.581.619	5.907.350	4.361.302
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.188.917	-	-	1.188.917	10.302.827
Total	63.201.863	4.914.771	1.581.619	69.698.253	43.367.494

I) Resumo da Carteira por Categorias

										Consolida	
										do	
										31/12/20	31/12/2019
										20	9

Relatório da
Administração

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	100.741.86			105.463.22		108.678.02			113.549.05	
Títulos Públicos	8	2.617.077	2.104.277	2	89.526.633	4	2.617.077	2.253.949	0	98.943.695
Títulos Privados	28.029.967	81.018	545.099	28.656.084	28.981.641	27.737.983	81.018	556.106	28.375.108	29.352.750
Títulos Mantidos até o	16.317.90			16.317.90	11.739.59	16.317.90			16.317.90	11.739.59
Vencimento	5	-	-	5	7	5	-	-	5	7
Títulos Públicos	14.739.539	-	-	14.739.539	11.275.488	14.739.539	-	-	14.739.539	11.275.488
Títulos Privados	1.578.365	-	-	1.578.365	464.109	1.578.365	-	-	1.578.365	464.109
Total de Títulos e Valores	209.631.7			215.818.0	162.805.7	226.685.4			233.248.3	176.013.5
Mobiliários	22	3.536.972	2.649.376	70	67	82	3.752.801	2.810.055	38	13

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Títulos para Negociação

	31/12/2020	31/12/2019	Abertura por Vencimento		Banco 31/12/2020					
	Ajuste ao Valor de Valor do Mercado - Custo Amortizado	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	63.792.139	829.459	64.621.598	30.755.634	-	4.277.044	12.193.356	17.580.836	30.570.362	64.621.598
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.207.290	840	2.208.130	3.158.889	-	558.806	119.352	493.315	1.036.656	2.208.130
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.241.521	197.999	23.439.521	6.838.515	-	-	8.739.061	3.711.900	10.988.56	23.439.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.555.953	630.488	38.186.441	20.687.308	-	3.702.238	2.645.084	13.361.73	18.477.38	38.186.441
Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.412	3.408	44.820	70.922	-	11.967	9.513	13.632	9.708	44.820
Títulos da Dívida Externa Brasileira	680.057	(1.524)	678.533	-	-	-	677.855	253	426	678.533
Debêntures	65.905	(1.752)	64.153	-	-	4.033	2.491	-	57.629	64.153
Títulos Privados	749.844	9.417	759.261	2	369.041	9.396	17.182	88.596	275.046	759.261
Cotas de Fundos de Investimento	356.192	12.849	369.041	834.063	369.041	-	-	-	-	369.041
Debêntures	275.780	(2.109)	273.671	439.819	-	9.396	17.182	12.267	234.826	273.671
Eurobonds	-	-	-	492.774	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	23.380	(372)	23.008	22.869	-	-	-	1.222	21.786	23.008
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	24.241	(376)	23.866	12.737	-	-	-	5.432	18.434	23.866
Letras Financeiras - LF	70.251	(576)	69.675	-	-	-	-	69.675	-	69.675
Total	64.541.983	838.876	65.380.859	32.557.896	369.041	4.286.439	12.210.538	17.669.431	30.845.409	65.380.859

	31/12/2020	31/12/2019	Abertura por Vencimento	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento
Títulos para Negociação	70.992.973	1.045.289	72.038.263	33.158.573
Títulos Públicos	70.992.973	1.045.289	72.038.263	33.158.573
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.318.355	(2.242)	7.316.112	3.530.356

Relatório da
Administração

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.252.588	198.270	23.450.858	6.838.515	-	11.337
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.634.657	849.130	40.483.786	22.718.780	-	4.177.981
Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.412	3.408	44.820	70.922	-	11.967
Títulos da Dívida Externa Brasileira	680.057	(1.524)	678.533	-	-	-
Debêntures	65.905	(1.752)	64.153	-	-	4.033
Títulos Privados	2.958.596	9.417	2.968.013	2.818.898	1.741.333	9.396
Ações	1.339.892	-	1.339.892	665.075	1.339.892	-
Cotas de Fundos de Investimento	388.592	12.849	401.442	1.068.068	401.442	-
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	36.067	-	-
Debêntures	1.079.622	(2.109)	1.077.513	439.819	-	9.396
Eurobonds	-	-	-	492.774	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	23.380	(372)	23.008	22.869	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	24.241	(376)	23.866	12.737	-	-
Letras de Câmbio	32.618	-	32.618	81.489	-	-
Letras Financeiras - LF	70.251	(576)	69.675	-	-	-
Total	73.951.570	1.054.706	75.006.276	35.977.471	1.741.333	5.660.478

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2020	31/12/2019	Abertura por 9 Vencimento	Banco 31/12/2020
	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	100.741.8	2.617.0	2.104.27	105.463.2
Títulos Públicos	68	77	7	22
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.338	-	103	1.441
Crédito Securitizado	456	-	4	460
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.741.41	-	20.633.21	11.151.61
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.786.41	-	34.350.93	30.984.93
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	41.756.23	2.195.63	1.933.90	45.885.76
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.170.537	-	3.305.928	3.311.195
C-bonds	1.285.486	-	1.285.477	-
	28.029.96		28.656.08	25.670.44
Títulos Privados	7	81.018	545.099	4
Ações	325	-	(273)	53
Cotas de Fundos de Investimento	2.095.223	-	-	3.963.540
Debêntures (1)	14.377.51	81.018	509.625	11.915.05
Notas Promissórias - NP	4.504.601	-	20.563	4.525.164
Letras Financeiras - LF	263.891	-	6.408	270.298
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	24.031	-	(406)	23.625
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	171.165	-	751	171.916
Cédula de Produto Rural - CPR	6.593.220	-	8.431	6.601.651
	128.771.8	2.698.0	2.649.37	134.119.3
	35	95	6	06
	74	2.172.156	8	47
	8	47	73	32
	06			

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

											Consolida do 31/12/20 20
	31/12/20 20					31/12/2019 9 Abertura por Vencimento					
	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:										
	Valor do Custo	Resulta do	Patrimô nio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimen to	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	108.678.0	2.617.0	2.253.94	113.549.0	102.254.8		7.983.12	12.336.7	26.140.7	67.088.4	113.549.0
Títulos Públicos	24	77	9	50	90	-	9	67	51	02	50
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.338	-	103	1.441	1.165	-	-	834	607	-	1.441
Crédito Securitizado	456	-	4	460	-	-	170	290	-	0	460
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.795.03			22.684.40	16.547.36				8.278.22	10.655.8	22.684.40
	9	-	(110.634)	5	5	-	3.536.168	214.205	8	03	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.809.38			36.423.32	32.500.64			12.109.6	8.642.69	15.670.9	36.423.32
	5	421.443	192.499	7	8	-	-	53	4	80	7
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	45.635.80	2.195.63	2.036.59	49.868.03	49.894.51				9.219.22	36.450.0	49.868.03
	1	4	5	0	7	-	4.186.970	11.785	1	53	0
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.150.519	-	135.391	3.285.910	3.311.195	-	-	-	-	0	3.285.910
C-bonds	1.285.486	-	(9)	1.285.477	-	-	259.821	-	-	5	1.285.477
	27.737.98			28.375.10	26.041.55		1.732.40	5.904.07	9.155.52	9.677.44	28.375.10
Títulos Privados	3	81.018	556.106	8	5	1.905.661	8	4	1	3	8
Ações	5.673	-	(273)	5.400	82.387	5.400	-	-	-	-	5.400
Cotas de Fundos de Investimento	1.784.375	-	-	1.784.375	3.082.832	1.784.375	-	-	-	-	1.784.375
Cotas de Fundos Imobiliários	34.026	-	4.980	39.006	57.531	39.006	-	-	-	-	39.006
Debêntures (1)	14.357.00			14.953.67	13.063.69				5.267.85	8.318.89	14.953.67
	2	81.018	515.653	3	1	-	413.869	953.051	8	4	3
Notas Promissórias - NP	4.504.601	-	20.563	4.525.164	4.696.855	-	760.805	2	8	127.759	4.525.164
Letras Financeiras - LF	263.891	-	6.408	270.298	192.804	-	-	-	270.298	-	270.298
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	24.031	-	(406)	23.625	36.680	-	20.082	-	-	3.542	23.625
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	171.165	-	751	171.916	-	-	-	-	41.353	130.563	171.916
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	6.593.220	-	8.431	6.601.651	4.828.775	76.880	537.652	2.981.81	1.908.62	1.096.68	6.601.651
	136.416.0	2.698.0	2.810.05	141.924.1	128.296.4		9.715.53	18.240.8	35.296.2	76.765.8	141.924.1
Total	07	95	5	57	45	1.905.661	8	41	72	46	57

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 287.736 (31/12/2019 - R\$ 262.027) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de 1.400.000 no valor de R\$ 1.686.832 (31/12/2019 - 1.400.000 no valor de R\$1.229.297) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento	Abertura por Vencimento						Banco/Consolidado
	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	31/12/2020
	Amortizado/Contábil						
	31/12/2020	31/12/2019					Total
Títulos Públicos	14.739.539	11.275.488	538.436	1.308.149	2.037.551	10.855.403	14.739.539
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.549.498	3.414.897	-	11.868	-	4.537.629	4.549.498
Títulos da Dívida Externa Brasileira	10.190.042	7.860.591	538.436	1.296.281	2.037.551	6.317.774	10.190.042
Títulos Privados	1.578.365	464.109	296.759	223.406	1.058.201	-	1.578.365
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.578.365	464.109	296.759	223.406	1.058.201	-	1.578.365
Total	16.317.905	11.739.597	835.195	1.531.555	3.095.751	10.855.403	16.317.905

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 16.322.840 (31/12/2019 - R\$12.514.855).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação para as Cotas de Fundo de Investimento da empresa Banco Hyundai S.A. na sociedade do grupo Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado, em função da revisão da intenção da Administração relativa a esta aplicação. Referida reclassificação não gera alteração na precificação do ativo.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	53.672.358	21.105.889	53.732.942	22.959.709
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.252.282	8.479.523	2.702.108	3.341.381
Resultado de Títulos de Renda Variável	(50.522)	91.876	133.661	(462.560)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	192.122	148.791
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(165.360)	(557.328)	(165.360)	(465.189)
Outras (3)	(2.448.782)	(370.874)	(2.360.519)	(609.970)
Total	57.259.976	28.749.086	54.234.954	24.912.162

(1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$29.463.679 no Banco e no Consolidado (2019 - receita de R\$473.791 no Banco e no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$2.707.556 (2019 - despesa de R\$ 473.619 no banco e consolidado) e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$347.036 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de R\$144.262 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2020		Banco 31/12/2019		31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	14.746.581	17.925.675	8.620.854	10.167.632	14.729.641	18.652.196	14.625.238	16.701.678
Prêmios de Opções a Exercer	4.448.585	4.511.175	886.927	1.593.625	4.979.011	4.926.994	1.065.752	1.699.729
Contratos a Termo e Outros	13.085.550	12.690.276	1.678.454	2.221.955	13.131.423	12.690.275	1.750.150	2.221.955
Total	32.280.716	35.127.126	11.186.235	13.983.212	32.840.075	36.269.465	17.441.140	20.623.362

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de Contrato e Indexador

Negociação	31/12/2020						Banco
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	31/12/2019
Swap	476.214.481	(2.838.239)	(3.179.094)	530.538.398	(1.941.477)	(1.546.779)	
Ativo	317.619.156	6.511.030	14.746.581	265.269.199	2.910.364	8.620.854	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	52.270.726	326.585	334.690	41.137.936	209.224	199.018	
Taxa de Juros Pré - Reais	59.799.047	4.013.562	9.607.342	39.637.946	1.900.884	6.792.917	
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.124.411	959.322	1.093.119	2.954.640	218.540	301.476	
Moeda Estrangeira	198.880.422	950.048	3.408.073	181.538.677	581.716	1.327.443	
Outros	1.544.550	261.513	303.357	-	-	-	
Passivo	158.595.325	(9.349.269)	(17.925.675)	265.269.199	(4.851.841)	(10.167.632)	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	46.403.968	(6.911.747)	(14.018.319)	33.151.770	(3.025.371)	(94.260)	
Taxa de Juros Pré - Reais	69.076.757	(2.183.507)	(2.772.479)	53.487.374	(990.820)	(7.410.825)	
Indexados em Índices de Preços e Juros	33.026.691	(25)	(450.958)	125.014.868	(11.658)	(851.739)	
Moeda Estrangeira	7.906.521	(231.185)	(327.145)	52.431.130	(816.100)	(1.685.199)	
Outros	2.181.388	(22.805)	(356.774)	1.184.057	(7.892)	(125.609)	
Opções	1.963.194.665	(282.109)	(62.590)	1.538.157.263	(713.535)	(706.698)	
Compromissos de Compra	969.622.684	1.869.805	4.448.585	769.659.429	641.222	886.927	
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.188.387	47.898	39.201	223.477	1.318	34	
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.948.673	79.019	109.077	1.508.663	473	4.865	
Opções de Compra Outras	101.568.876	558.794	563.157	174.166.801	295.668	136.084	
Mercado Interfinanceiro	101.421.659	557.167	556.039	174.166.801	295.668	136.174	
Outras (2)	147.217	1.627	7.118	-	-	(90)	
Opções de Venda Outras	864.916.748	1.184.094	3.737.150	593.760.488	343.763	745.944	
Mercado Interfinanceiro	864.852.555	1.183.630	3.733.690	593.760.488	343.763	746.006	
Outras (2)	64.193	464	3.460	-	-	(62)	
Compromissos de Venda	993.571.981	(2.151.914)	(4.511.175)	768.497.834	(1.354.757)	(1.593.625)	
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.537.669	(70.201)	699.243	254.944	(3.102)	(1.471)	
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.315.918	(137.061)	(192.334)	315.601	(1.528)	(4.340)	
Opções de Compra Outras	120.254.124	(588.023)	(464.404)	174.166.801	(562.827)	(428.690)	
Mercado Interfinanceiro	120.156.285	(566.813)	(464.404)	174.166.801	(562.827)	(428.617)	
Outras (2)	97.839	(21.210)	-	-	-	(73)	
Opções de Venda Outras	869.464.270	(1.356.629)	(4.553.680)	593.760.488	(787.300)	(1.159.124)	
Mercado Interfinanceiro	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)	
Outras (2)	135.953	(6.315)	43.746	-	-	(87)	
Contratos de Futuros	268.807.002	-	-	432.564.397	-	-	
Posição Comprada	109.940.706	-	-	72.332.139	-	-	
Cupom Cambial (DDI)	12.438.698	-	-	7.105.006	-	-	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	97.502.008	-	-	55.430.519	-	-	
Moeda Estrangeira	-	-	-	9.781.856	-	-	
Índice (3)	-	-	-	-	-	-	
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	14.758	-	-	
Posição Vendida	158.866.296	-	-	360.232.258	-	-	
Cupom Cambial (DDI)	73.114.013	-	-	145.668.039	-	-	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.323.206	-	-	196.170.105	-	-	
Moeda Estrangeira	18.172.817	-	-	17.208.599	-	-	
Índice (3)	256.260	-	-	290.254	-	-	
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	895.261	-	-	
Contratos a Termo e Outros	102.561.361	894.559	395.274	99.514.896	(900.818)	(706.698)	
Compromissos de Compra	64.787.891	1.303.693	13.085.550	50.216.458	(269.708)	1.678.454	
Moedas	57.121.562	1.303.693	13.077.413	50.215.375	(269.708)	1.677.364	
Outros	7.666.329	-	8.137	1.083	-	1.090	
Compromissos de Venda	37.773.470	(409.134)	(12.690.276)	49.298.438	(631.110)	(2.221.955)	
Moedas	37.294.944	(408.912)	(12.692.636)	49.294.662	(631.085)	(2.221.955)	
Outros	478.526	(222)	2.360	3.776	(25)	-	

**Relatório da
Administração**

**Relatório dos Auditores
Independentes**

**Demonstrações
Financeiras**

Notas Explicativas

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2020						Consolidado 31/12/2019
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	
Negociação							
Swap	408.037.877	(2.838.239)	(3.922.555)	558.451.586	(1.941.477)	(2.076.440)	
Ativo	283.308.405	6.511.030	14.729.641	279.253.821	2.910.364	14.625.238	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	45.872.335	326.585	2.686.294	40.341.402	209.224	6.231.769	
Taxa de Juros Pré - Reais	54.159.847	4.013.562	9.607.343	45.240.041	1.900.884	6.792.920	
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.124.411	959.322	1.093.119	2.169.578	218.540	301.476	
Moeda Estrangeira	178.076.136	950.048	1.039.528	191.502.800	581.716	1.299.073	
Outros	75.676	261.513	303.357	-	-	-	
Passivo	124.729.472	(9.349.269)	(18.652.196)	279.197.765	(4.851.841)	(16.701.678)	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.239.800	(6.911.747)	(14.018.319)	24.273.545	(3.025.371)	(94.260)	
Taxa de Juros Pré - Reais	49.644.709	(2.183.507)	(2.772.479)	69.561.856	(990.820)	(13.061.820)	
Indexados em Índices de Preços e Juros	33.026.691	(25)	(450.958)	125.014.868	(11.658)	(1.681.390)	
Moeda Estrangeira	6.636.884	(231.185)	153.695	59.163.439	(816.100)	(1.685.199)	
Outros	2.181.388	(22.805)	(1.564.135)	1.184.057	(7.892)	(179.009)	
Opções	2.043.286.079	(282.108)	52.017	1.446.536.131	(713.534)	(633.977)	
Compromissos de Compra	1.006.266.895	1.869.805	4.979.011	678.089.904	641.140	1.065.752	
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.188.387	47.898	39.201	171.871	1.318	(280)	
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.948.673	79.019	109.077	1.456.975	391	184.002	
Opções de Compra Outras	134.761.946	558.794	1.093.583	98.154.363	295.668	136.086	
Mercado Interfinanceiro	101.421.659	557.167	556.039	98.154.363	295.668	136.177	
Outras (2)	33.340.287	1.627	537.544	-	-	(91)	
Opções de Venda Outras	868.367.889	1.184.094	3.737.150	578.306.695	343.763	745.944	
Mercado Interfinanceiro	864.852.555	1.183.630	3.733.690	578.306.695	343.763	746.006	
Outras (2)	3.515.334	464	3.460	-	-	(62)	
Compromissos de Venda	1.037.019.184	(2.151.913)	(4.926.994)	768.446.227	(1.354.674)	(1.699.729)	
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.537.669	(70.201)	699.241	254.944	(3.102)	(1.471)	
Opções de Venda Moeda Estrangeira	2.315.918	(137.061)	(192.334)	263.994	(1.445)	(2.841)	
Opções de Compra Outras	130.919.392	(588.022)	(453.918)	174.166.801	(562.827)	(428.393)	
Mercado Interfinanceiro	120.156.284	(566.812)	(464.404)	174.166.801	(562.827)	(428.620)	
Outras (2)	10.763.108	(21.210)	10.486	-	-	227	
Opções de Venda Outras	902.246.205	(1.356.629)	(4.979.983)	593.760.488	(787.300)	(1.267.024)	
Mercado Interfinanceiro	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)	
Outras (2)	32.917.888	(6.315)	(382.557)	-	-	(107.987)	
Contratos de Futuros	270.258.562	-	-	432.564.399	-	-	

**Relatório da
Administração**

**Relatório dos Auditores
Independentes**

**Demonstrações
Financeiras**

Notas Explicativas

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Posição Comprada	110.275.865	-	-	71.603.247	-	-
Cupom Cambial (DDI)	12.438.695	-	-	7.105.006	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	97.837.170	-	-	54.701.627	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	9.781.856	-	-
Índice (3)	-	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	14.758	-	-
Posição Vendida	159.982.697	-	-	360.961.152	-	-
Cupom Cambial (DDI)	73.114.013	-	-	146.032.485	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.958.767	-	-	196.170.106	-	-
Moeda Estrangeira	18.653.657	-	-	17.305.604	-	-
Índice (3)	256.260	-	-	290.254	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	1.162.703	-	-
Contratos a Termo e Outros	107.761.737	2.693.758	441.148	99.514.898	(900.818)	(471.805)
Compromissos de Compra	67.378.024	1.370.653	13.131.423	50.216.459	(269.708)	1.750.150
Moedas	59.711.695	1.370.653	13.077.412	50.215.376	(269.708)	1.677.365
Outros	7.666.329	-	54.011	1.083	-	72.785
Compromissos de Venda	40.383.713	1.323.105	(12.690.275)	49.298.439	(631.110)	(2.221.955)
Moedas	39.905.187	1.323.327	(12.692.635)	49.294.662	(631.085)	(2.221.955)
Outros	478.526	(222)	2.360	3.777	(25)	-

(1) Valor Nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

				Banco	
				Valor Referencial	
				Abertura por	Mercado de
				Vencimento	Negociação
				31/12/2020	31/12/2020
				31/12/2019	31/12/2020
				Até 3	De 3 a
				Meses	12
				Acima de	
				12 Meses	Bolsas (2)
					Balcão (3)
Clientes	Partes Instituições Relacionadas Financeiras das (1)	Total	Total		

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	40.241.2			317.619.15	265.269.19	74.700.56	59.207.01			
Swap	32	93.228.422	184.149.502	6	9	0	0	183.711.586	82.122.955	235.496.201
	23.788.0		1.938.483.87	1.963.194.	1.538.157.	912.378.2	523.093.6		1.940.172.	
Opções	51	922.739	5	665	263	00	32	527.722.833	321	23.022.344
	3.198.23			268.807.00	432.564.39	181.045.3	36.135.66		268.807.00	
Contratos de Futuros	9	-	265.608.763	2	7	41	7	51.625.994	2	-
Contratos a Termo e	59.982.5			102.561.36		52.671.59	27.950.83			
Outros	35	28.236.248	14.342.578	1	99.514.896	5	2	21.938.934	100.924	102.460.437

										Consolidado
										Valor Referencial
				Contraparte				Abertura por Vencimento		Mercado de Negociação
				31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020		31/12/2020
Partes Instituições						Até 3	De 3 a 12	Acima de		
Clientes	Relaciona	Financeiras	(1)	Total	Total	Meses	Meses	12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
	40.241.2			283.308.40	279.253.82	58.558.87	100.186.0			
Swap	32	97.784.442	145.282.731	5	1	1	53	124.563.481	82.122.956	201.185.449
	23.788.0		2.018.575.29	2.043.286.	1.446.536.	931.156.9	572.661.7		1.940.172.	
Opções	51	922.738	0	079	131	02	96	539.467.381	319	103.113.760
	3.198.23			270.258.56	432.564.39	181.521.4	36.328.39		270.258.56	
Contratos de Futuros	9	-	267.060.323	2	9	85	0	52.408.687	2	-
Contratos a Termo e	65.182.9			107.761.73		57.871.97	27.950.83			
Outros	12	28.236.248	14.342.577	7	99.514.898	1	1	21.938.935	100.923	107.660.814

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.1) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

• A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

• Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.

• Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

• O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	31/12/2020							
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	601.119	1.447.179
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	60.414	575.714
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	540.705	551.594
Contratos de Futuros	-	- 45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	- 45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	-
Hedge de Fluxo de Caixa								
Contratos de Swap	-	- 1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	602.634	504.512	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	56.887	294.403
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	- 1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	545.747	210.109	-
Contratos de Futuros	-	- 23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	-
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	- 23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-
--	---	---	---	---	---	---	---	---

Estratégias	31/12/2020							
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	602.633	1.283.074
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	56.887	585.670
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	545.747	697.404
Contratos de Futuros	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-
Hedge de Fluxo de Caixa								
Contratos de Swap	-	-	6.786.840	6.622.857	5.316.632	4.502.378	-	5.163.218
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	3.494
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	-	210.109
Hedge de Captações	-	-	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325	-	4.949.615
Contratos de Futuros	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual é demonstrado a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstra-se o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

(2) Valor atualizado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$6.972.063 (31/12/2019- R\$8.425.386).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.169 (31/12/2019- R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$5.026 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

				Banco/Consolidado
				Valor Nominal
31/12/2020				31/12/2019
	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito
<i>Swap</i> de Créditos	3.483.628	519.670	2.435.880	-
Total	3.483.628	519.670	2.435.880	

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$1.506 (31/12/2019 – R\$ 0).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$6.985 (31/12/2019 – R\$5.257).

Durante o exercício não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/12/2020		31/12/2019	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.702.213	5.342.992	4.363.665	5.950.561
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.155.275	1.086.556	6.155.275	1.086.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.814.273	660.918	2.814.273	841.790
Total	12.671.761	7.090.466	13.333.213	7.878.907

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Operações de Crédito	279.580.267	211.251.830	338.110.717	280.899.334
Empréstimos e Títulos Descontados	179.058.116	116.282.045	179.172.031	130.994.834
Financiamentos	41.034.126	42.287.183	99.450.661	97.221.898
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.659.898	12.940.784	13.659.898	12.940.784
Financiamentos Imobiliários	45.828.127	39.741.818	45.828.127	39.741.818
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.471.384	2.800.998
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) (1)	6.310.254	6.054.424	6.310.254	6.054.424
Outros Créditos	61.569.706	58.912.075	64.758.539	62.281.242
Créditos por Avais e Fianças Honrados	228.754	321.478	228.754	676.110
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido - Carteira de Câmbio	150.513	97.756	150.513	97.756
Outros Créditos Diversos (Nota 12)	61.190.439	58.492.841	64.379.272	61.507.376
Total	347.460.227	276.218.329	411.650.894	352.035.998

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão

Notas Explicativas
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 1.417.146 (31/12/2019 - R\$2.986.361) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, sendo que deste montante, R\$ 108.160 se referem a cessões a entidades do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram realizadas cessões de créditos integralmente provisionadas sem coobrigação, no valor de R\$ 2.052.258 no Banco e no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo, sendo que deste montante, R\$ 1.398.225 se referem a cessões a entidades do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 55.284 (31/12/2019- R\$75.833).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Vencidas	5.015.638	7.684.024	5.842.250	8.585.560
A vencer:			-	
Até 3 meses	101.913.270	76.147.368	111.058.613	87.843.597
De 3 a 12 meses	80.400.014	69.667.171	100.998.401	90.380.199
Acima de 12 meses	160.131.305	122.719.766	193.751.630	165.226.642
Total	347.460.227	276.218.329	411.650.894	352.035.998

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Setor Privado	346.441.422	275.100.365	410.630.891	350.916.654
Indústria	65.984.136	53.728.646	67.264.749	54.671.234
Comércio	43.967.769	33.864.887	47.902.610	39.183.683
Instituições Financeiras	2.140.177	1.983.283	2.157.962	1.991.233
Serviços e Outros (1)	58.085.560	41.607.698	60.971.259	44.886.880
Pessoas Físicas	172.102.567	140.385.488	228.089.977	206.623.415
Cartão de Crédito	37.427.267	34.914.437	37.427.267	34.914.437
Crédito Imobiliário	43.993.132	37.218.524	43.993.132	37.218.524
Crédito Consignado	47.029.722	27.941.932	47.029.722	42.446.859
Financiamento e Leasing de Veículos	2.249.094	2.379.093	55.874.243	51.774.184
Outros (2)	41.403.352	37.931.503	43.765.613	40.269.411
Agricultura	4.161.213	3.530.363	4.244.334	3.560.209

Notas Explicativas

**(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).*

Setor Público	1.018.805	1.117.964	1.020.003	1.119.344
Governo Estadual (3)	399.669	441.599	399.669	441.599
Governo Municipal	619.136	676.365	620.334	677.745
Total	347.460.227	276.218.329	411.650.894	352.035.998

- (1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
- (2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.
- (3) Inclui, principalmente, operações de capital de giro.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

													Banco
													31/12/2020
													019
													Provisão
Nível de Risco	%	Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					Provisão	Carteira de Créditos				
			Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerido	Adicional (2)		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerido	Adicional (2)
						a		Total				a	
AA	0,0%		162.569.532	-	162.569.532	-	-	-	121.753.569	-	121.753.569	-	-
A	0,5%		98.084.064	-	98.084.064	490.420	331.959	822.379	77.795.391	-	77.795.391	388.977	-
B	1,0%		31.497.816	1.989.791	33.487.607	334.876	572.154	907.030	23.816.916	2.120.722	25.937.638	259.376	17
C	3,0%		23.128.620	1.789.539	24.918.159	747.545	1.561.868	2.309.413	19.823.183	1.966.467	21.789.651	653.690	1.665
D	10,0%		8.215.630	1.943.697	10.159.327	1.015.933	1.763.634	2.779.567	7.926.118	2.088.778	10.014.896	1.001.490	1.547.683
E	30,0%		2.254.334	1.547.171	3.801.505	1.140.451	600.261	1.740.712	2.266.765	2.323.208	4.589.973	1.376.992	659.874
F	50,0%		1.831.369	1.335.331	3.166.700	1.583.350	503.804	2.087.154	1.769.671	1.475.413	3.245.084	1.622.542	447.224
G	70,0%		1.771.853	1.069.343	2.841.196	1.988.837	764.272	2.753.109	1.450.313	1.225.377	2.675.689	1.872.983	418.317
H	100,0%		3.390.140	5.045.940	8.436.080	8.436.080	-	8.436.080	2.734.332	5.676.805	8.411.137	8.411.137	-
Total			58	2	170	92	2	44	58	16.876.770	28	87	0

													Consolidado
													31/12/2020
													019
													Provisão
Nível de Risco	%	Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					Provisão	Carteira de Créditos				
			Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerido	Adicional (2)		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerido	Adicional (2)
						a		Total				a	
AA	0,0%		174.672.176	-	174.672.176	-	-	-	141.210.954	(23.199)	141.187.755	-	-
A	0,5%		136.895.625	-	136.895.625	684.478	331.960	1.016.438	120.434.015	-	120.434.015	602.170	20.772
B	1,0%		37.161.806	2.947.768	40.109.574	401.096	572.154	973.250	29.095.941	3.746.497	32.842.438	328.424	18
C	3,0%		24.491.130	2.742.311	27.233.441	817.002	1.575.498	2.392.500	21.140.394	3.371.115	24.511.508	735.345	1.664
D	10,0%		8.768.027	2.459.727	11.227.754	1.122.775	1.927.260	3.050.035	8.368.581	2.820.515	11.189.096	1.118.910	1.547.683
E	30,0%		2.374.369	2.124.173	4.498.542	1.349.562	704.758	2.054.320	2.332.530	2.835.000	5.167.530	1.550.259	659.875

Relatório da Administração
Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

F	50,0%	1.929.261	1.868.256	3.797.517	1.898.759	578.271	2.477.03	0	1.859.486	1.812.213	3.671.699	1.835.850	447.224	2.283.07	3
G	70,0%	1.848.376	1.366.129	3.214.505	2.250.153	848.059	3.098.21	2	1.482.247	1.458.609	2.940.856	2.058.599	418.318	2.476.91	7
H	100,0%	3.661.255	6.344.449	10.005.70	10.005.70	-	10.005.7	04	2.943.753	7.139.229	10.082.982	10.082.98	2	10.082.9	82
Total		391.802.0	19.852.81	411.654.	18.529.5	6.537.96	25.067.4	328.867.9			352.027.8	18.312.5	3.095.55	21.408.0	
		25	3	838	29	0	89	01	23.159.979		80	39	4	92	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$3.944 (31/12/2019- R\$5.301) no Banco e R\$3.944 (31/12/2019- R\$8.118) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, o aumento na Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos - Adicional está relacionado com a alteração do cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de cálculo do provisionamento.

e) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	18.661.967	16.734.154	21.408.092	18.789.123
Constituições Líquidas das Reversões	13.216.424	13.431.661	16.476.170	16.066.253
Baixas	(10.042.947)	(11.503.848)	(12.816.773)	(13.447.284)
Saldo Final	21.835.444	18.661.967	25.067.489	21.408.092
Créditos Recuperados	2.416.248	2.612.708	2.787.491	2.618.508

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Renegociados	18.197.875	13.752.395	22.987.914	16.292.323
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.196.227)	(7.525.483)	(10.411.547)	(8.283.230)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,5%	54,7%	45,3%	50,8%

g) Concentração de Crédito

	31/12/2020		Consolidado	
			31/12/2019	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	6.782.322	1,3%	4.207.082	0,9%
10 Maiores	33.571.246	6,5%	30.837.795	6,9%
20 Maiores	54.105.883	10,5%	48.360.114	10,9%
50 Maiores	89.753.598	17,4%	78.111.867	17,6%
100 Maiores	119.028.823	23,1%	102.168.739	23,0%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	52.142.905	72.686.870
Câmbio Comprado a Liquidar	39.312.834	51.666.587
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(187.033)	(153.239)

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas	150.513	97.756
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	19.325	207.139
Total	91.438.544	124.505.113
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	57.128.318	74.013.458
Obrigações por Compra de Câmbio	34.057.723	50.036.741
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.310.254)	(6.054.424)
Outros	172	107
Total	84.875.959	117.995.882
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.633.619	845.095
Créditos de Exportação Confirmados	2.067.409	2.512.489

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	31/12/2020	Banco 31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.438.544	124.505.113
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	3.824.827	2.325.866
Relações Interfinanceiras	75.810.738	78.491.073
Relações Interdependências	728	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	228.754	321.478
Total	171.303.591	205.643.530

	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.438.544	124.505.113
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	6.859.624	4.474.518
Relações Interfinanceiras	91.368.033	89.264.957
Relações Interdependências	728	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	51.583	676.110
Total	189.718.512	218.920.698

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	175.179	992.552	3.015.501	2.804.768
Caixas de Registro e Liquidação	2.002	457	2.002	712
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	25.078	16.650	197.542	334.757
Bolsas - Depósitos em Garantia	2.915.264	486.995	2.919.758	486.995
Outros (1)	707.304	829.212	724.821	847.286

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total	3.824.827	2.325.866	6.859.624	4.474.518
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	303.266	1.056.647	3.109.306	2.897.003
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.976	4.392	160.488	253.128
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	672.577	492.209
Caixas de Registro e Liquidação	13	282	41.213	61.191
Comissões e Corretagens a Pagar	2.645	1.966	5.005	3.712
Outros	5.040	116	5.042	118
Total	315.940	1.063.403	3.993.631	3.707.361

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação	Constituição (4)	Realização	Banco Saldo em 31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.047.657	129.225	5.927.566	(2.880.382)	17.224.066
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.503.264	25.875	645.515	(372.591)	1.802.063
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.541.030	38	213.010	(179.112)	1.574.966
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.249.941	1.650	1.295.501	(1.141.541)	2.405.551
Ágio	-	-	57.380	-	57.380
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.092.265	-	1.405.139	(1.289.160)	2.208.244
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	76.976	-	120.081	-	197.057
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.882.812	-	407.323	(926.701)	1.363.434
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	436.935	4.815	754.469	(760.631)	435.588
Outras Provisões Temporárias (3)	3.881.291	-	-	(982.830)	2.898.461
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	27.712.171	161.603	10.825.984	(8.532.948)	30.166.810
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-		5.407.013	-	5.407.013
Contribuição Social - MP 2.158/2001	362.240		-	(187.082)	175.158
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	28.074.411	161.603	16.232.997	(8.720.030)	35.748.981

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação	Constituição (4)	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2020
--	------------------------	--------------	------------------	------------	---------------------------------------

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.961.619	129.225	7.062.695	(3.672.508)	19.481.031
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.617.815	25.875	708.416	(458.729)	1.893.377
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.367.353	38	313.878	(198.497)	2.482.772
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.388.470	1.650	1.352.194	(1.189.237)	2.553.077
Ágio	-	-	57.380	-	57.380
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.095.470	-	1.411.852	(1.292.054)	2.215.268
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	153.977	-	122.911	(1)	276.887
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.897.061	-	407.833	(948.911)	1.355.983
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	496.819	4.815	825.882	(834.600)	492.916
Outras Provisões Temporárias (3)	4.155.209	-	184.993	(1.106.989)	3.233.213
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	31.133.793	161.603	12.448.034	(9.701.526)	34.041.904
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	408.338		5.407.013	(111.579)	5.703.772
Contribuição Social - MP 2.158/2001	362.240		-	(187.082)	175.158
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	31.904.371	161.603	17.855.047	(10.000.187)	39.920.834

- (1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
- (2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.
- (3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
- (4) Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme emenda Constitucional nº103/19.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$41.418 (31/12/2019 – R\$209.771) no Consolidado.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

						Banco 31/12/2020
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			
2021	2.082.080	1.707.268	154.693	3.155.880	175.158	7.275.079
2022	6.616.719	5.319.817	154.693	-	-	12.091.229
2023	5.753.863	4.629.558	-	242.587	-	10.626.008
2024	409.632	327.705	-	2.008.546	-	2.745.883
2025	1.088.038	813.009	-	-	-	1.901.047
2026 a 2028	289.215	231.372	-	-	-	520.587
2029 a 2030	315.560	273.588	-	-	-	589.148
Total	16.555.107	13.302.317	309.386	5.407.013	175.158	35.748.981

						Consolidado 31/12/2020
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			
2021	2.730.722	2.083.663	157.549	3.225.180	175.158	8.372.272
2022	7.215.096	5.674.345	157.549	60.066	-	13.107.056
2023	6.307.729	4.955.392	-	266.517	-	11.529.638
2024	490.685	360.735	-	2.034.568	-	2.885.988
2025	1.645.140	1.120.842	-	9.520	-	2.775.502
2026 a 2028	293.385	232.467	-	107.921	-	633.773
2029 a 2030	331.687	284.918	-	-	-	616.605
Total	19.014.444	14.712.362	315.098	5.703.772	175.158	39.920.834

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$33.863.523 (31/12/2019 - R\$25.724.592) no Banco e R\$37.749.808 (31/12/2019 - R\$29.133.062) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 16.i)	-	-	-	-
Passivos Tributários Diferidos	4.433.050	5.444.706	5.042.170	6.013.811
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	22.562	-	214.506	460.654
Impostos e Contribuições a Pagar	933.222	1.069.765	2.051.704	1.817.392
Total	5.388.834	6.514.471	7.308.380	8.291.857

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.573.996	52.241	-	1.626.237
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	3.737.329	-	(1.065.147)	2.672.182
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.441	-	(36)	5.405
Outros	127.940	1.286	-	129.226
Total	5.444.706	53.527	(1.065.183)	4.433.050

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.686.421	86.732	(19.968)	1.753.185
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	3.807.649	13.566	(1.076.004)	2.745.211
Superveniência de Arrendamento Mercantil	318.240	33.813	(33.717)	318.336
Outros	201.501	34.804	(10.867)	225.438
Total	6.013.811	168.915	(1.140.556)	5.042.170

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

				Banco 31/12/2020
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2021	1.086.251	867.541	210.142	2.163.934
2022	1.086.251	867.541	210.142	2.163.934
2023	8.991	5.733	-	14.724
2024	7.189	5.733	-	12.922
2025	7.189	5.733	-	12.922
2026 a 2028	21.569	17.199	-	38.768
2029 a 2030	14.379	11.467	-	25.846
Total	2.231.819	1.780.947	420.284	4.433.050

				Consolidado 31/12/2020
Diferenças Temporárias			Total	

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2021	1.291.831	910.694	215.136	2.417.661
2022	1.281.951	909.449	215.136	2.406.536
2023	62.079	13.547	1.822	77.448
2024	39.338	6.841	-	46.179
2025	10.681	6.674	-	17.355
2026 a 2028	27.064	19.274	-	46.338
2029 a 2030	17.803	12.850	-	30.653
Total	2.730.747	1.879.329	432.094	5.042.170

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	7.752.049	14.624.792	8.921.237	16.770.359
Participações no Lucro (1)	(1.668.086)	(1.557.012)	(1.857.937)	(1.734.870)
Resultado não Realizado	-	-	77.310	(62.160)
Resultado antes dos Impostos	6.083.963	13.067.780	7.140.610	14.973.329
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (4)	(2.737.783)	(5.227.112)	(3.213.275)	(5.989.332)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.353.205	1.089.766	23.273	17.746
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(55.549)	222.881	(56.651)	243.909
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	6.831.483	715.837	6.831.484	715.424
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	523.507	11.739	551.983	70.223
Juros sobre o Capital Próprio	1.472.877	1.474.192	1.502.888	1.601.009
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (4)	-	-	296.112	127.058
Demais Ajustes CSLL 5% (3)	56.791	2.646.305	63.642	2.700.000
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	527.655	87.102	540.011	51.890
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.972.186	1.020.710	6.539.467	(462.073)

- (1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
- (2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
- (3) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado (Nota 3.s).
- (4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9% e 15%.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determina que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Em R\$	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado da Intermediação Financeira		

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	16.792	1.512
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(30.375)	(2.777)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	312	(106)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	13.271	1.371

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Despesa com COFINS	1.705.772	2.137.264	2.476.433	2.823.612
Despesa com ISS	586.809	530.378	764.993	972.042
Despesa com PIS	277.187	343.250	421.427	476.113
Outras	271.578	218.051	317.621	299.161
Total	2.841.346	3.228.943	3.980.474	4.570.928

12. Outros Ativos

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	31.861.356	28.854.952	31.861.356	28.973.079
Direitos Creditórios (1)	28.706.517	28.984.542	32.476.841	31.820.361
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.756.068	5.644.233	7.507.557	7.445.344
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.978.893	2.022.832	2.144.435	2.208.429
Outros - Cíveis	1.108.009	1.057.348	1.330.431	1.319.644
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.i)	496	103.272	496	103.272
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.218.922	2.238.982	3.130.301	3.320.147
Pagamentos a Ressarcir	164.809	196.039	223.676	225.380
Adiantamentos Salariais/Outros	120.339	100.128	263.997	325.185
Plano de Benefícios a Funcionários	291.012	283.046	361.149	346.422
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	622.564	653.347	687.565	713.936
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	19.049	44.457	18.195	18.842
Rendas a Receber	2.546.048	2.383.717	2.356.322	2.182.125
Outros Valores e Bens	1.809.180	1.850.053	2.131.653	2.413.383
Outros	1.291.091	1.284.510	3.590.911	3.015.028
Total	78.494.353	75.701.458	88.084.885	84.430.577

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Santander Brasil EFC:

O Banco Santander detinha uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida. Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.). O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	160.340.976	124.944.302	37.555.040	19.955.679	1.303	3.850.302
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	160.340.976	124.944.302	37.554.771	19.955.392	1.303	3.850.302
Disponibilidades	10.992.918	3.205.293	1.116.505	162.231	1.253	319.152
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.123.942	34.116.739	8.542.030	1.941.192	-	2.582.385
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros						
Derivativos	77.537.745	63.736.330	1.872.724	1.002.697		16.799
Operações de Crédito (1)	21.216.364	16.466.558	24.813.536	16.570.321	-	590.941
Carteira de Câmbio	6.800.895	4.145.245	884.473	167.985	-	-
Outros	5.669.112	3.274.137	325.503	110.966	50	341.025
Ativo Permanente	-	-	269	287	-	-
Passivo	160.340.976	124.944.302	37.555.040	19.955.679	1.303	3.850.302

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	108.823.123	70.332.537	30.939.233	15.429.041	18	303.219
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	31.461.468	10.798.572	4.161.763	2.469.606	-	29.766
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19.454.058	14.999.864	10.784.221	6.235.813	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.659	10.175.961		-	-	-
Obrigações por Empréstimos (2)	26.090.092	24.297.747	14.070.809	6.318.373	-	-
Carteira de Câmbio	6.869.559	4.120.196	908.932	168.134	-	-
Outros	11.828.287	5.940.197	1.013.508	237.115	18	273.453
Resultados de Exercícios Futuros	171	119	13.339	12.331	-	29
Patrimônio Líquido	51.517.682	54.611.646	6.602.468	4.514.307	1.285	3.547.054
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado do Período	2.933.240	2.606.115	804.660	338.068	(14.762)	(10.868)

- (1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.
- (2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.
- (3) A moeda funcional é o Real.

14. Participações em Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

					31/12/2020
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			
		Ações			
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos	Atividade				
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	84	-	78,58%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) (3) (27)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras Atividades	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (6)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual Serviços de Recuperação de Créditos)	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.365.787	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	481.196	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rujo Entretenimento S.A.	Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras Atividades	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança LTDA	Outras Atividades	6.950	-		100,00%
Santander Tecnologia e Inovação LTDA	Outras Atividades	5.045	-		100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (PI DTVM)	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Return Capital)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%
Controlada da Return Capital					
Return Gestão de Recursos S.A. (Return Gestão de Recursos)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	68.771,00	-	18,98%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	-	50,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	22.452	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda. (SMPS Brasil - atual denominação social da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda).	Outras Atividades	-	-	-	0,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	-	-	-	0,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Outras Atividades	23.243	-	-	51,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	532.426	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	517.505	-	-	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
 - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
 - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) (2);
 - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (3);
 - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (5);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; e
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (6).
- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14) detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.
- (3) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (4) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (5) Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (Nota 14), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
- (6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.832.949	78.296	4.583.567	4.528.041	61.901	36.928
Banco Bandepe S.A.	5.369.488	90.883	5.369.488	5.277.643	90.883	242.125
Santander Brasil EFC	41.812	(31.895)	41.636	3.547.055	(31.895)	(10.868)
Santander Corretora de Seguros	3.571.515	570.340	3.575.295	3.002.236	570.340	446.908

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Getnet S.A.	2.072.033	289.960	2.071.772	2.611.765	289.960	581.422
Ágio na Aquisição de Participação Residual da Getnet S.A.	-	-	949.173	1.080.439	-	-
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.758.594	88.849	1.740.057	1.322.052	88.849	25.660
Aymoré CFI	1.542.272	743.312	1.542.259	937.539	743.312	608.780
Sancap	1.041.810	232.230	1.041.810	1.040.469	232.214	271.895
Banco Olé Consignado	-	-	-	926.278	154.380	31.859
Bosan S.A.	-	-	-	-	95.350	-
Santander CCVM	731.345	90.867	731.344	646.400	90.867	98.299
Banco RCI Brasil S.A.	1.405.452	180.636	560.648	524.503	72.057	102.927
Santander Brasil Consórcio	677.195	252.239	677.195	424.956	252.239	202.853
Outros	1.377.822	223.000	1.252.546	941.417	296.667	85.627
Total			24.136.790	26.286.290	3.007.124	2.621.488

Consolidado						
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	652.920	117.067	123.924	94.155	22.219	12.498
Gestora de Crédito	143.400	(95.319)	28.680	47.744	(19.062)	(11.354)
Webmotors S.A.	209.746	55.462	146.822	126.440	38.823	42.847
Norchem Holdings	-	(151)	-	21.252	(33)	576
Cibrasec	-	-	-	-	-	202
Norchem Participações	-	666	-	21.080	333	975
EBP	11.457	80	1.273	3.889	9	199
Santander Auto	31.551	(4.842)	15.775	12.374	(2.422)	(2.169)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.088	221	1.044	934	110	(66)
PSA Corretora	1.533	453	767	540	226	656
Outras (2)	-	-	(6.433)	5.266	11.515	-
Total			311.852	333.674	51.718	44.364

15. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2020 Residual	Banco 31/12/2019 Residual
Imóveis de Uso	2.443.916	(848.843)	1.595.073	1.673.270
Terrenos	640.650	-	640.650	651.442
Edificações	1.803.266	(848.843)	954.423	1.021.828
Outras Imobilizações de Uso	12.405.737	(7.898.271)	4.507.465	4.540.898
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.862.706	(2.862.850)	1.999.855	1.983.667
Sistemas de Processamento de Dados	2.245.466	(1.319.215)	926.251	644.890
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.333.491	(2.973.797)	1.359.694	1.472.669
Sistemas de Segurança e Comunicações	664.382	(493.204)	171.178	222.998
Outras	299.692	(249.205)	50.486	216.674
Total	14.849.653	(8.747.114)	6.102.538	6.214.168

Consolidado				
	Custo	Depreciação	31/12/2020 Residual	31/12/2019 Residual
Imóveis de Uso	2.744.391	(902.862)	1.841.529	1.924.457
Terrenos	715.969	-	715.969	718.846
Edificações	2.028.422	(902.862)	1.125.560	1.205.611
Outras Imobilizações de Uso	14.220.916	(9.015.760)	5.205.157	5.256.631

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.977.204	(2.888.816)	2.088.388	2.057.422
Sistemas de Processamento de Dados	2.495.703	(1.440.780)	1.054.923	766.320
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.435.186	(3.036.344)	1.398.841	1.492.137
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.984.215	(1.397.821)	586.394	694.409
Outras	328.609	(251.999)	76.610	246.343
Total	16.965.308	(9.918.622)	7.046.686	7.181.088

16. Intangível

			31/12/2020	Banco 31/12/2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.361.252	(26.860.387)	500.865	274.745
Outros Ativos Intangíveis	9.510.686	(5.290.104)	4.220.582	3.777.511
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	5.554.983	(3.454.375)	2.100.607	1.851.076
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.782.324	(1.817.553)	1.964.771	1.926.342
Outros	173.379	(18.175)	155.203	93
Total	36.871.937	(32.150.491)	4.721.447	4.052.256

			31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	29.680.240	(27.661.542)	2.018.698	1.611.812
Outros Ativos Intangíveis	10.208.203	(5.755.284)	4.452.920	4.100.986
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.156.895	(3.843.738)	2.313.156	2.118.798
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.782.324	(1.817.553)	1.964.771	1.926.342
Outros	268.985	(93.992)	174.992	55.846
Total	39.888.443	(33.416.826)	6.471.617	5.712.798

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve registro de impairment.

Em janeiro de 2020, o Banco Santander adquiriu a participação remanescente sobre o Banco Olé Consignado, no valor de R\$1.608 milhões, gerando um ágio de R\$982 milhões. Em junho de 2020, foi concluído o PPA de alocação do ágio, no qual foram identificados ativos intangíveis no valor total de R\$371 milhões.

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

Banco

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/12/2020						31/12/2019
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	
Depósitos	105.618.316	98.290.797	88.611.706	99.950.659	392.471.480	274.212.166	
Depósitos à Vista	42.236.911	-	-	-	42.236.911	29.392.188	
Depósitos de Poupança	63.306.504	-	-	-	63.306.504	49.039.857	
Depósitos Interfinanceiros	-	2.446.845	2.218.123	338.508	5.003.476	4.673.772	
Depósitos a Prazo (1)	74.901	95.843.952	86.393.583	99.612.151	281.924.587	191.106.349	
Outros Depósitos	2	-	-	-	2	-	
Captações no Mercado Aberto	-	103.866.107	9.875.868	46.229.485	159.971.460	129.632.447	
Carteira Própria	-	96.932.868	4.754.855	-	101.687.723	97.387.683	
Títulos Públicos	-	86.158.762	4.734.041	-	90.892.803	87.881.427	
Títulos de Emissão Própria	-	824	-	-	824	86.595	
Outros	-	10.773.282	20.814	-	10.794.096	9.419.661	
Carteira de Terceiros	-	6.283.007	-	-	6.283.007	8.743.348	
Carteira de Livre Movimentação	-	650.232	5.121.013	46.229.485	52.000.730	23.501.416	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	14.234.406	21.809.567	51.015.833	87.059.806	91.579.368	
Recursos de Aceites Cambiais	-	-	101.493	-	101.493	-	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	8.770.350	15.223.984	30.346.295	54.340.629	68.716.278	
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.900.612	5.885.390	16.924.529	25.710.531	24.995.265	
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.129.441	5.214.209	7.403.181	14.746.831	14.776.877	
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.740.297	3.893.014	5.116.600	12.749.911	27.587.340	
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4) (5)	-	-	231.371	901.985	1.133.356	1.356.796	
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	5.316.855	5.161.128	19.755.257	30.233.240	19.419.513	
Certificados de Operações Estruturadas	-	147.201	1.322.962	914.281	2.384.444	3.443.577	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	18.720.613	39.949.621	9.049.917	67.720.151	57.413.704	
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124	54.971.763	45.659.127	
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124	54.971.763	31.794.109	
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	-	-	13.865.018	
Obrigações por Repasses do País	-	2.495.015	2.425.580	7.827.793	12.748.388	11.754.577	
Total	105.618.316	235.111.923	160.246.762	206.245.894	707.222.897	552.837.685	

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2020	Banco	31/12/2020	Consolidado
						31/12/2019		31/12/2019
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	-	929.042	-	929.042
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%	14.469	63.181	14.469	63.181
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	857.678	664.996	853.929	664.996
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	37.476	-	37.476
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	-	35.438	-	35.438
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.625.192	1.260.099	1.625.192	1.260.099
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.841.240	1.427.601	1.720.186	1.427.601
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	-	7.563.963	-	3.556.724
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	6.513.222	7.424.010	1.279.507	727.118
Eurobonds	2020	2021	USD	CDI + 1,9%	170.257		170.257	
Eurobonds	2020	2021	USD	0% a 4%	10.061.315		3.252.485	
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4%	4.800.393		16.923	
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI + 1,9%	121.925		121.925	
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 8%	1.527.334		22.887	
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%	223.435		223.435	
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%	2.476.780		98.082	
Outros					-	13.707	-	13.707
Total					30.233.240	19.419.513	9.399.277	8.715.382

b) Abertura de contas de resultado

	01/01 a 31/12/2020	Banco	01/01 a 31/12/2020	Consolidado
		01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2019
Depósitos a Prazo (1) (2)	10.229.409	10.367.577	11.340.893	9.346.184
Depósitos de Poupança	1.389.355	2.041.669	1.389.356	2.041.669
Depósitos Interfinanceiros	200.753	399.870	259.594	192.911
Captação no Mercado Aberto	7.027.108	9.458.914	6.850.518	9.301.152
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	144.130	109.282
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (3)	24.350.964	7.318.896	25.268.553	7.635.685
Outras	1.397.188	585.304	627.631	587.670
Total	44.594.777	30.172.230	45.880.675	29.214.553

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$909.392 (2019 - R\$503.540), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$9.586 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de variação cambial no valor de R\$1.207.360 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 2020 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$22.189.857 no Banco e no Consolidado (2019 – Despesa de variação cambial no valor de R\$254.437).

18. Outros Passivos Financeiros

a. Outros Passivos Financeiros

	31/12/2020	Banco
		31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	84.875.959	117.995.882
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	315.940	1.063.403
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	13.119.660	10.175.961
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	94.975	96.928
Relações Interfinanceiras	25.223	41.756
Relações Interdependências	4.831.517	4.019.119
Total	103.263.274	133.393.049

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	84.875.959	117.995.882
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	3.993.631	3.707.631
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	13.119.660	10.175.961
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	97.453	131.179
Relações Interfinanceiras	435.173	369.578
Relações Interdependências	4.831.517	4.019.119
Total	107.353.393	136.399.350

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Nível I (2)	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.554.451	5.092.153
Nível II (2)	novembro/18	novembro/28	US\$1.250	6,125%	6.565.209	5.083.808
Total					13.119.660	10.175.961

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2020.
(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

19. Outros Passivos

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	3.178.674	2.402.614
Provisão Técnica para Operações de Previdência (3)	-	-	-	1.901.721
Obrigações com Cartões de Crédito	31.177.114	27.526.591	44.825.229	36.188.873
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.249.744	4.346.769	6.707.293	6.630.722
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	5.921.882	6.179.885	6.342.280	6.739.989
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 19.a)	-	166.105	255.179	166.105
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	3.887.144	4.901.691	3.929.265	4.956.851
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	28.538	23.034	28.538	23.034
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.i)	-	102.482	-	102.482

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.i) (2)	496	791	496	791
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.718.919	1.697.771	1.990.309	1.960.884
Despesas Administrativas	407.652	388.954	588.276	593.593
Outros Pagamentos	33.120	40.179	504.451	135.235
Credores por Recursos a Liberar	2.356.760	1.188.637	2.356.760	1.188.637
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	637.907	580.988	637.907	580.988
Fornecedores	571.880	437.208	958.713	1.242.839
Sociais e Estatutárias	1.502.039	8.188.762	1.589.096	8.376.961
Outras (1)	7.232.564	6.088.000	13.651.559	9.571.480
Total	59.725.759	61.857.847	87.544.024	82.763.799

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes às Notes (Nota 18b).

(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Nota 20 e 21.i).

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de inadimplência. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	31/12/2020		Banco/Consolidado 31/12/2019	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Tipo de Garantia Financeira				
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	1.813.620	4.121	439.507	3.017
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	5.602.995	5.403	5.243.996	4.426
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.361.792	1.846	1.488.371	2.602
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	-	-	340.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.082.480	175.443	12.934.282	107.231
Outros Avais	335.281	1.689	276.506	1.334
Outras Fianças Bancárias	16.532.462	33.055	13.944.007	37.585
Outras Garantias Financeiras Prestadas	5.047.032	33.622	3.600.051	9.910
Total	42.775.662	255.179	38.266.720	166.105

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	166.105	201.411
Constituição (Nota 29)	99.035	13.380
Reversão (1) (Nota 29)	(9.961)	(48.686)
Saldo	255.179	166.105

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	31/12/2020	Banco 31/12/2019	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.249.744	4.346.769	6.707.293	6.630.722
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	5.921.882	6.179.885	6.342.280	6.739.988
Ações Trabalhistas	2.656.098	3.216.008	2.900.835	3.517.431
Ações Cíveis	3.265.784	2.963.877	3.441.445	3.222.557
Total	10.171.626	10.526.654	13.049.573	13.370.710

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2020			Banco 01/01 a 31/12/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.346.769	3.216.008	2.963.877	4.079.141	3.543.801	3.144.600
Constituição Líquida de Reversão (1) (3)	(130.820)	893.227	632.425	190.028	1.082.166	312.423
Atualização Monetária	91.797	28.871	195.763	139.412	80.637	261.528
Baixas por Pagamento	(58.002)	(1.482.008)	(526.281)	(61.812)	(1.490.596)	(754.674)
Saldo Final	4.249.744	2.656.098	3.265.784	4.346.769	3.216.008	2.963.877
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.584.778	779.992	671.035	1.580.209	1.074.497	621.366
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.855	3.191	826	10.630	17.913	24.441
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.589.633	783.183	671.861	1.590.839	1.092.410	645.807

	01/01 a 31/12/2020			Consolidado 01/01 a 31/12/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.630.722	3.517.431	3.222.557	6.294.008	3.829.975	3.401.483
Constituição Líquida de Reversão (1)(3)	66.144	985.903	807.086	197.158	1.137.392	491.755
Atualização Monetária	132.163	35.108	199.306	217.949	102.247	266.496
Baixas por Pagamento	(121.737)	(1.637.607)	(787.504)	(78.393)	(1.552.183)	(937.177)
Saldo Final	6.707.293	2.900.835	3.441.445	6.630.722	3.517.431	3.222.557
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.860.113	849.400	677.847	2.552.068	1.161.209	629.088
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	5.737	3.190	826	11.488	17.913	24.441
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.865.850	852.590	678.673	2.563.556	1.179.122	653.529

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Notas 20 e 21.i).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Naturezas Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R\$1.934.120 no Banco e R\$4.008.137 no Consolidado (31/12/2019 - R\$1.903.369 no Banco e R\$3.769.611 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$114.449 no Consolidado (31/12/2019 - R\$112.548 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos, exceto para a empresa Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (RCI), que permanece aguardando julgamento.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 924.457 (31/12/2019 - R\$ 906.355) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso de Apelação. Em 08 de dezembro de 2020, a apelação foi julgada, mantendo-se a sentença de primeiro grau. Aguarda-se publicação do acórdão para a interposição dos respectivos recursos aos tribunais superiores. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$51.402 no Banco e R\$51.409 no Consolidado (31/12/2019 - R\$282.046 no Banco e R\$282.053 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$239.370 no Banco e R\$263.183 no Consolidado (31/12/2019 - R\$208.561 no Banco e R\$224.631 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.h.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa – Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referente ao período de 1996. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Tribunal de Justiça Federal (Supremo Tribunal Federal, ou “STF”) rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander. Intitulamos ação rescisória para reverter a decisão do processo principal e suspender a execução processual. A ação rescisória foi julgada improcedente em 2020, posteriormente, será interposto em fevereiro de 2021, recurso de extraordinário ao STF. Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. A atual decisão do tribunal não define um valor específico a ser pago pelos réus (isso só seria determinado quando a decisão final fosse proferida e o processo de execução iniciado, o que não ocorreu até o presente momento)

Em 31 de dezembro de 2020, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$27.671 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.931 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$3.582 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.644 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.440 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$581 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.072 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$646 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$488 milhões.

Amortização do Ágio da Getnet Tecnologia - as autoridades fiscais lavraram autos de infração contra Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A e Banco Santander (Brasil) S.A. para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição da Getnet Tecnologia., referentes ao período base de 2014 a 2018. Na visão da Receita Federal, a empresa não teria cumprido os requisitos legais para tal amortização. Ambas companhias apresentaram as respectivas defesas e aguardam julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$807 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$227 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.753 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$0, R\$0 e R\$496 (31/12/2019 - R\$102.481, R\$213 e R\$578) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2020			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.885	135.438	245.323	90.069	115.785	205.854
De Domiciliados no Exterior	3.708.810	3.544.398	7.253.208	3.728.626	3.564.051	7.292.677
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531

Notas Explicativas
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(-) Ações em Tesouraria	(18.829)	(18.829)	(37.658)	(16.702)	(16.702)	(33.404)
Total em Circulação	3.799.866	3.661.007	7.460.873	3.801.993	3.663.134	7.465.127

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

		31/12/2020					
Em milhares de Reais		Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965	83,6224	91,9846	175,6070
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.000.000	127,7636	140,5400	268,3036	108,5991	119,4590	228,0580
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	665.000	84,9626	93,4589	178,4214	72,2182	79,4400	151,6582
Total	3.325.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária
(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária
(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária
(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

		31/12/2019					
Em milhares de Reais		Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291	108,4475	119,2922	227,7397
Juros sobre o Capital Próprio (2) (6)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438	108,4939	119,3433	227,8372
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881	108,5119	119,3631	227,8750
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314	109,6222	120,5844	230,2066
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,0180	953,7197	1.820,7377	-	-	-
Total	10.800.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	31/12/2020	31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(2.925)	(3.080)
Ações em Tesouraria no Final do Período	18.829	16.702
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$789.587	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771

Notas Explicativas
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$791.358	R\$681.135
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$33,24	R\$32,10
Custo Máximo (*)	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$44,83	R\$42,60

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados no valor de R\$ 621.327.820 (31/12/2019 - 77.044). Em 31 de dezembro de 2020, foi registrado no resultado o montante de R\$ 698.374.764 (2019 - R\$92.497) referente ao lucro não realizado.

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 2.b)	844.805	790.340	108.578	155.095
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	162.010	148.589	13.537	(2.494)
Banco PSA (Nota 2.b)	136.806	131.222	12.308	16.446
Rojo Entretenimento S.A.	7.087	7.245	(159)	230
Santander Leasing (Nota 2.b)	-	447	(877)	3
Olé Consignado (Nota 2.b)	-	617.518	-	204.111
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (1)	-	-	-	8.376
Getnet S.A. (Nota 2.b)	-	-	-	3.961
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (1)	-	-	-	4.117
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Nota 2.c)	-	-	-	2.584
Total	1.150.708	1.695.361	133.387	392.429

(1) Fundos de investimentos encerrados durante o exercício de 2019.

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que foi realizada em 30 de abril de 2020.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Remuneração Fixa	92.283	91.009
Remuneração variável - Em espécie	83.352	71.126
Remuneração variável - Em ações	81.306	80.832
Outras	48.783	47.926

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Total Benefícios de Curto Prazo	305.905	290.893
Remuneração variável - Em espécie	98.407	92.704
Remuneração variável - Em ações	97.729	102.046
Total Benefícios de Longo Prazo	196.135	194.750
Total	502.040	485.643

(*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência

Adicionalmente, no exercício de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$29.162 (2019 - R\$35.128).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/12/2020
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeec B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,07%	-	0,0%	2.696	0,0%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	4.092	0,1%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	8.067	0,1%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	7.460.873	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

						Em Milhares de Ações 31/12/2019
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeec B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.525	0,1%	9.050	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.134	99,6%	7.465.127	99,6%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	33.404	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
 (2) Composto por Funcionários e Outros.
 (*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Ativos		Receitas		Ativos		Receitas		Banco
	(Passivos)		(Despesas)		(Passivos)		(Despesas)		(Passivos)
	31/12/2020		01/01 a 31/12/2020		31/12/2019		01/01 a 31/12/2019		31/12/2019
Disponibilidades	12.913.526		-		840.686		-		12.840.686
Banco Santander Espanha (1)	2.475.959		-		770.425		-		2.475.959
Santander Bank, National Association	10.315.450		-		-		-		10.315.450
Diversos	122.117		-		70.261		-		122.117
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.635.984		3.277.632		76.904.602		5.384.867		74.635.984
Aymoré CFI (2)	45.970.236		2.455.426		42.683.530		3.736.896		45.970.236
Banco Santander Espanha (1)	-		8.442		4.111.489		91.907		-
Banco PSA	1.012.276		1.983		-		-		1.012.276
Banco RCI Brasil S.A. (2)	3.565.452		185.646		4.314.399		218.661		3.565.452
Bandepe (2)	21.429.296		517.065		10.051.166		176.234		21.429.296
Olé Consignado (2)	-		-		12.412.492		1.032.821		-
Diversos	2.658.724		109.070		3.331.526		128.348		2.658.724
Títulos e Valores Mobiliários	312.469		9.656		375.377		21.140		312.469
Santander Leasing (2)	312.469		9.656		375.377		21.140		312.469
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(2.584.973)		(1.722.000)		(1.004.057)		(1.508.913)		(2.584.973)
Fundo de Investimento Santillana (3)	(130.038)		(345.874)		(113.931)		(598)		(130.038)
Banco Santander Espanha (1)	(978.700)		(146.870)		(1.026.552)		(350.789)		(978.700)
Santander FI Amazonas (2)	162.513		182.550		-		-		162.513
Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2)	(1.052.385)		1.087.711		255.838		882.378		(1.052.385)
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest	92.370		(8.414)		-		-		92.370
Santander FI Diamantina (2)	(678.733)		(2.482.570)		(201.763)		(2.222.486)		(678.733)
Pessoal Chave da Administração	-		377		-		78		-
Diversos	-		(8.910)		82.351		182.504		-
Relações Interfinanceiras	17.447.264		9.869		9.206.678		5.270		17.447.264
Getnet S.A. (2) (6)	17.444.497		6.585		9.198.824		2.107		17.444.497
Santander Leasing (2)	2.767		3.284		7.854		3.163		2.767
Operações de Crédito	1.149.718		1.082		616.157		534		1.149.718
Getnet S.A. (2)	1.051.358		-		605.157		-		1.051.358
Gestora de Inteligência de Crédito	66.667		-		-		-		66.667
Loop Gestão de Pátios S.A.	11.966		-		-		-		11.966
Pessoal Chave da Administração	19.727		1.082		11.000		534		19.727
Diversos	-		-		-		-		-
Dividendos e Bonificações a Receber	260.899		-		280.500		-		260.899
Aymoré CFI (2)	176.537		-		37.949		-		176.537
Santander CCVM (2)	5.179		-		-		-		5.179

Relatório da Administração

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Bandepe (2)	855	-			
Banco RCI Brasil S.A. (2)	20.536	-	25.091	-	
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	13.438	-	-	-	
Santander Leasing (2)	3.507	-	-	-	
Santander Corretora de Seguros (2)	5.459	-	-	-	
Santander Auto S.A	-	-	-	-	
Webmotors S.A (4)	-	-	-	-	
Getnet S.A. (2)	29.488	-	67.518	-	
Sancap Investimentos e Participações S.A. (2)	-	-	64.594	-	
Olé Consignado (2)	-	-	75.000	-	
Diversos	5.900	-	10.347	-	
Negociação e Intermediação de Valores	342.974	5.465	504.782	17.463	3
Banco Santander Espanha (1)	342.974	5.465	504.782	17.463	3
Carteira de Câmbio - Líquida	(353.445)	665.980	294.581	(282.055)	(35)
Banco Santander Espanha (1)	(353.445)	665.800	294.581	(282.247)	(3)
Pessoal Chave da Administração	-	180	-	192	
Rendas a Receber	892.761	2.055.724	884.878	2.222.220	9
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	835.680	1.826.204	826.100	1.990.539	8
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7)	57.081	229.520	58.778	231.681	
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	20.353	598.589	19.396	683.765	
Santander Capitalização S.A. (2)	-	-	-	-	
Aymoré CFI (2)	-	393.603	-	475.790	
Santander FI Diamantina (2)	1.604	34.502	-	-	
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(3)	169	6.558	-	-	
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	-	
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	978	-	-	
Santander CCVM (2)	-	67.742	-	59.221	
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-	
Santander Brasil Consórcio	419	22.380	-	19.771	
Santander Corretora de Seguros (2)	-	33.599	-	32.615	
Esfera Fidelidade S.A.	4.757	3.080	10.064	6.409	
Banco Santander Espanha (1)	4.516	-	4.516	-	
Santander Digital Assets, SL	-	-	-	-	
Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2)	6.795	3.912	2.883	9.624	
Getnet S.A. (2) (6)	632	6.352	316	35.115	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	-	3.898	-	-	
Diversos	1.461	21.985	1.617	45.220	
Resultado não operacional	-	168.588	-	-	
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	168.588	-	-	
Outros Créditos - Diversos	1.452.382	226.434	307.201	379.433	1.4
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-	
Banco Santander Espanha (1)	1.444.376	-	273.232	6.448	1.4
Santander Capitalização S.A. (2)	4.416	175.657	29.749	333.964	
Banco Santander International (3)	-	45.261	-	35.294	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	-	1.499	-	-	
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(3)	-	-	-	-	
Pessoal Chave da Administração	-	165	-	202	
Diversos	3.590	3.852	4.220	3.525	
Depósitos	(23.503.316)	1.183.447	(12.220.825)	(1.379.602)	(94)
Santander Leasing (2)	(81.354)	(4.142)	(64.547)	(8.495)	
Banco Santander Espanha (1)	(13.156)	-	(12.294)	-	
Aymoré CFI (2)	(190.480)	(26.628)	(672.355)	(178.815)	
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	(64.836)	-	(199.934)	-	
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7)	(6.443)	-	-	-	
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(3)	(335)	(5.664)	(332.916)	(16.387)	
Fundo de Investimento Santillana (3)	(44)	-	(20.571)	(67.821)	
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	(780)	(53)	-	-	
Banco RCI Brasil S.A. (2)	(226.046)	(6.226)	-	-	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	(581.543)	(14.645)	(404.427)	(27.595)	(5)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (3)	-	-	-	-	
Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2)	-	-	(745.350)	-	

Relatório da Administração

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Getnet S.A. (2)	(242.391)	-	(196.757)	-	
Santander FI Diamantina (2)	(21.416.222)	1.250.951	(8.920.327)	(1.039.080)	
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	(36.390)	(1)	-	-	
Pessoal Chave da Administração	(36.705)	(823)	(36.068)	(2.028)	
Diversos	(606.591)	(9.322)	(615.279)	(39.381)	
Operações Compromissadas	(7.160.549)	(227.283)	(5.691.457)	(158.890)	(2.18)
Santander FI Amazonas(3)	(501.984)	(7.020)	(131.317)	(15.580)	
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	(1.806)	-	-	
Santander Leasing (2)	(151.438)	(35.980)	(1.253.584)	(80.176)	
Santander CCVM (2)	(202.222)	(3.732)	(97.488)	(5.001)	
Santander FI SBAC (2)	(2.797.429)	(85.927)	(2.713.050)	(1.498)	
Santander FI Guarujá (2)	(472.220)	(11.124)	(372.545)	(19.549)	
Santander FI Diamantina (2)	(460.034)	(9.123)	(255.043)	(3.322)	
Santander FI Unix (2)	(25.457)	(2.582)	(366.357)	(20.014)	
Fundo de Investimento Santillana (3)	(2.186.104)	(50.815)	-	-	(2.1)
Pessoal Chave da Administração	-	(9)	-	(19)	
Diversos	(363.661)	(19.165)	(502.073)	(13.731)	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	(11)
Pessoal Chave da Administração	(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	(1)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(10.401.564)	(94.890)	(2.581.530)	-	(10.40)
Banco Santander Espanha (1)	(10.401.564)	(8.194)	-	-	(10.4)
Santander Tecnologia e Inovação Ltda	-	(86.696)	-	-	
Santander Brasil EFC (2)	-	-	(2.581.530)	-	
Dividendos e Bonificações a Pagar	(508.491)	(10.185)	(6.886.828)	-	(50)
Banco Santander Espanha (1)	(195)	-	(1.067.623)	-	
Sterrebeeck B.V. (1)	(268.406)	-	(3.629.772)	-	(2)
GES (1) (3)	(239.890)	-	(2.177.207)	-	(2)
Banco Madesant (3)	-	-	(1.948)	-	
Pessoal Chave da Administração	-	(10.185)	(10.278)	-	
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(361.599)	(1.663.389)	(127.148)	(945.626)	(8)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	(4.353)	(236.972)	(46)	(198.113)	
Banco Santander Espanha (1)	(202.787)	(717.403)	-	(154.112)	
Santander Corretora de Seguros (2)	(14.751)	(164.092)	(12.127)	(139.816)	
Getnet S.A. (2)	(17.573)	(26.576)	(12.886)	(29.360)	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	(9.373)	(52.379)	-	-	
Santander Leasing (2)	(79.374)	-	(79.387)	-	
Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. (3)	-	-	-	-	
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	-	-	-	-	(4)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(31.774)	(344.593)	(8.240)	(335.609)	(3)
Diversos	(1.614)	(121.374)	(14.462)	(88.616)	
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.119.660)	(4.263.360)	(10.175.961)	(1.394.973)	(13.11)
Banco Santander Espanha (1) (5)	(13.119.660)	(4.263.360)	(10.175.961)	(1.394.973)	(13.1)
Despesas com Doações	-	(17.000)	-	(16.100)	
Instituto Escola Brasil	-	-	-	-	
Santander Cultural	-	-	-	-	
Fundação Sudameris	-	(17.000)	-	(16.100)	
Fundação Santander	-	-	-	-	
Outras Obrigações - Diversas	(6.210.051)	(1.725.286)	(3.926.496)	(1.793.932)	(67)
Banco Santander Espanha (1)	-	(1.837)	-	-	
TecBan (4)	-	(364.349)	-	(345.610)	
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(224.557)	-	(251.625)	
Aquanima Brasil Ltda.(3)	-	(32.070)	-	-	
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	-	(2.994)	-	-	
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7)	(17.713)	(17.713)	-	-	(3)
Getnet S.A. (2)	(5.576.635)	(623.500)	(3.573.943)	(721.143)	
Pessoal Chave da Administração	(615.469)	(440.912)	(352.553)	(430.058)	(6)
Diversos	(234)	(17.354)	-	(45.496)	
Garantias e Limites (8)	11.038	61	5.010	24	
Pessoal Chave da Administração (8)	11.038	61	5.010	24	

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 30.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

Relatório da
Administração

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (2) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.
 (3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.
 (4) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros
 (5) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2018.
 (6) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.
 (7) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.
 (8) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Administração de Recursos	572.932	728.534	1.016.919	1.085.948
Serviços de Conta Corrente	3.960.855	3.797.412	3.965.551	3.857.051
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.060.892	985.138	1.437.600	1.379.261
Operações de Crédito	429.133	440.422	805.841	834.545
Rendas de Garantias Prestadas	631.759	544.716	631.759	544.716
Comissões de Seguros	2.181.595	2.447.766	3.116.921	3.118.280
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.806.212	4.172.242	5.590.215	6.118.419
Cobrança e Arrecadações	1.477.704	1.510.489	1.471.121	1.514.625
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	785.737	780.019	1.061.962	982.099
Outras	280.408	247.397	803.681	628.769
Total	14.126.335	14.668.997	18.463.970	18.684.452

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Remuneração	3.623.045	3.978.454	4.102.940	4.438.158
Encargos	1.305.790	1.386.695	1.535.348	1.635.991
Benefícios	1.243.870	1.351.522	1.428.339	1.537.821
Treinamento	43.723	61.194	50.800	68.134
Outras	3.706	8.631	59.790	81.195
Total	6.220.134	6.786.496	7.177.217	7.761.299

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Depreciações e Amortizações	2.641.934	2.217.366	3.094.511	2.778.756
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.067.985	1.951.254	2.623.065	2.301.914
Comunicações	378.571	378.143	397.071	403.595
Processamento de Dados	2.873.538	2.392.249	2.758.541	2.585.967
Propaganda, Promoções e Publicidade	487.437	545.028	637.787	745.242
Aluguéis	794.433	777.648	811.875	801.130
Transportes e Viagens	83.442	147.679	104.400	190.886
Serviços do Sistema Financeiro	257.523	273.115	329.637	340.067
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	565.601	597.058	566.957	601.402
Manutenção e Conservação de Bens	281.407	247.935	314.261	264.100
Água, Energia e Gás	186.748	209.818	190.461	215.832
Material	67.117	46.143	79.439	53.828
Outras	651.794	534.573	892.390	860.011
Total	11.337.530	10.318.009	12.800.395	12.142.730

26. Outras Receitas Operacionais

	Banco	Consolidado
--	-------	-------------

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	551.544	506.529
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	-	35.358	-	35.358
Atualização de Depósitos Judiciais	186.159	501.067	235.800	582.282
Atualização de Impostos a Compensar	119.320	148.173	166.091	185.403
Recuperação de Encargos e Despesas	1.590.188	773.851	1.414.846	541.728
Variação Monetária Ativa	-	46.830	3	47.931
Outras	2.704.358	2.782.810	3.897.584	3.294.734
Total	4.600.025	4.288.089	6.265.868	5.193.965

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c)	(130.820)	190.028	66.144	197.158
Trabalhistas (Nota 20.c)	893.227	1.082.166	985.904	1.137.392
Cíveis (Nota 20.c)	632.425	312.423	807.086	491.755
Despesas com Cartão de Crédito	3.472.536	4.231.965	3.017.970	3.364.387
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	262.551	305.355	264.581	306.391
Despesas Judiciais e Custas	104.150	151.770	108.807	156.192
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	90.693	74.307	92.562	76.293
Corretagens e Emolumentos	82.644	82.645	82.140	83.095
Comissões	851.892	705.484	2.160.592	2.072.498
Avaliação do Valor Recuperável	3.489	110.466	3.489	110.466
Outras (1)	3.550.833	4.204.075	5.789.246	5.670.986
Total	9.813.620	11.450.684	13.378.521	13.666.613

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2020	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	Consolidado 01/01 a 31/12/2019
Resultado na alienação de Investimentos	168.586	-	168.587	6.257
Resultado na Alienação de Valores e Bens	72.817	60.002	64.109	69.058
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	11.534	46.292	24.629	(36.852)
Despesas com Bens não de Uso	(50.677)	(55.755)	(52.579)	(56.775)
Ganhos (Perdas) de Capital	2.146	(7.555)	(110)	(7.956)
Outras Receitas Líquidas	35.884	59.604	34.331	34.747
Total	240.290	102.588	238.967	8.479

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

III) Bandedeprev - Bandedeprev Previdência Social (Bandedeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandedeprev S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandedeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandedeprev S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício de 2020 foram de R\$62.435 (2019 - R\$101.241) no Banco e R\$69.142 (2019 - R\$110.325) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGDL - Plano Gerador de Benefícios Livres e VGDL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-avermadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2020 foram de R\$11.525 (2019 - R\$7.361) no Banco e R\$14.054 (2019 - R\$8.917) no Consolidado.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2020					Banco 31/12/2019
	Banesprev Santander-Previ		Bandeprev	Banesprev Santander-Previ		Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(26.473.946)	(4.793)	(1.660.637)	(25.851.814)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.437.174	3.811	2.348.686	22.704.358	4.214	2.335.470
	(1.036.772)	(981)	688.049	(3.147.456)	(676)	670.452
Sendo:						
Superávit	2.090.021	-	688.049	732.637	-	670.453
Déficit	(3.126.793)	(981)	-	(3.880.092)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.806.472	-	680.586	452.234	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	283.549	-	7.463	280.403	-	2.643
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(3.126.793)	(981)	-	(3.880.092)	(676)	-
Contribuições Efetuadas	40.987	-	(5)	40.558	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 29)	(220.104)	(65)	(1.690)	(250.710)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.926.432)	(399)	8.555	(4.874.112)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.581.173	140	146.784	4.310.736	284	535.865

	31/12/2020				Consolidado 31/12/2019	
	Banesprev Santander-Previ		Bandeprev	Banesprev Santander-Previ		Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(27.015.987)	(4.793)	(1.660.637)	(26.387.574)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	26.282.394	3.811	2.348.686	23.483.206	4.214	2.335.470
	(733.593)	(981)	688.049	(2.904.368)	(676)	670.452
Sendo:						
Superávit	2.435.321	-	688.049	1.022.516	-	670.453
Déficit	(3.168.914)	(981)	-	(3.926.884)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.081.634	-	680.586	678.737	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	353.686	-	7.463	343.779	-	2.643
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(3.168.914)	(981)	-	(3.926.884)	(676)	-
Contribuições Efetuadas	41.369	-	(5)	41.212	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 29)	(221.172)	(65)	(1.690)	(250.880)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.961.569)	(399)	8.555	(4.897.130)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.679.921	140	146.784	4.467.344	284	535.865

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2020				Banco	
	0				31/12/2019	
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(786.329)	(115)	(18.897)	(424.903)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	79.057	11	4.762	(2.320.215)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	1.074	-	-
				(2.744.044)		
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(707.273)	(105)	(14.135)	)	(790)	(233.980)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.965.190	(136)	(13.655)	2.140.858	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2.965.190	(136)	(13.655)	2.140.858	(99)	365.480
	(1.322.356)					
Mudança no Superávit Irrecuperável	)	-	34.305	7.745	226	(130.866)

	31/12/2020				Consolidad	
	0				o	
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(788.883)	(115)	(18.897)	(428.276)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	80.862	11	4.762	(2.398.517)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	1.228	-	-
				(2.825.565)		
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(708.021)	(105)	(14.135)	)	(790)	(233.980)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	3.008.388	(136)	(13.655)	2.259.580	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	3.008.388	(136)	(13.655)	2.259.580	(99)	365.480
	(1.352.687)					
Mudança no Superávit Irrecuperável	)	-	34.305	(33.788)	226	(130.866)

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2020	31/12/2019
Banesprev		
Plano I	11,92	12,31
Plano II	12,38	12,83
Plano III	10,79	10,52
Plano IV	14,80	15,47
Plano V	9,24	9,53
Pré-75	10,10	10,38
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,46/5,88/7,06	6,67/6,03/7,33
Sanprev		
Plano I	6,93	6,81
Plano II	11,57	11,7
Plano III	10,46	10,59
Bandeprev		
Plano Básico	10,08	10,48
Plano Especial I	6,8	7,04
Plano Especial II	6,53	6,77
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,69	7,78

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2020		Banco 31/12/2019		31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.960.995)	(759.370)	(5.222.673)	(815.929)	(5.158.657)	(759.370)	(5.435.878)	(815.929)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.191.809	-	5.017.679	-	5.398.667	-	5.222.516	-
	230.814	(759.370)	(204.994)	(815.929)	240.010	(759.370)	(213.362)	(815.929)
Sendo:								
Superávit	-	-	-	-	-	-	-	-
Déficit	230.814	(759.370)	(204.994)	(815.929)	240.010	(759.370)	(213.362)	(815.929)
Valor não Reconhecido como Ativo	(230.814)	-	-	-	(240.010)	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	230.814	-	-	-	240.010	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	230.814	(759.370)	(204.994)	(815.929)	240.010	(759.370)	(213.362)	(815.929)
Contribuições Efetuadas	129.526	38.449	104.684	39.381	132.253	38.449	106.972	39.381
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 29)	(14.878)	(61.247)	(8.699)	(86.262)	(15.851)	(61.247)	(9.523)	(86.262)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.053.068)	(171.337)	(1.150.027)	(250.693)	(1.037.807)	(171.337)	(1.128.152)	(250.694)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	332.520	-	1.257.639	-	343.053	-	1.297.618	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2020		Banco 31/12/2019		31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Demais Planos		Demais Planos		Demais Planos		Demais Planos	
	Cabesp	Cabesp	Cabesp	Cabesp	Cabesp	Cabesp	Cabesp	Cabesp
Experiência do Plano	192.944	81.964	(271.104)	59.806	207.273	81.964	(268.982)	59.806
Mudanças em Hipóteses Financeiras	158.480	18.015	(990.138)	(128.508)	164.105	18.015	4)	(128.508)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(20.621)	-	-	-	(20.621)	-	-
	351.42	(1.261.2	371.37	(68.702)	371.37	(1.298.1	(68.702)	
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	4	79.357	42)	(68.702)	8	79.357	36)	(68.702)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(30.265)	-	891.593	-	(34.409)	-	915.626	-
	(30.265	(891.593	(34.409	(915.626	(34.409	(915.626	(34.409	(915.626)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	)	-	891.593	-	)	-	915.626	-
	(230.81	(68.671	(240.01	(71.698	(240.01	(71.698	(240.01	(71.698)
Mudança no Superávit Irrecuperável	4)	-	68.671	-	0)	-	71.698	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Duração (em Anos)

Notas Explicativas

**(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).*

Planos	31/12/2020	31/12/2019
Cabesp	15,03	15,45
Bandepe	14,98	16,48
Clínica Grátis	11,47	11,91
Diretores Vitalícios	9,27	9,17
Diretores Saúde	25,65	27,53
Circulares (1)	13,47 E 11,92	12,15 E 11,93
Seguro de Vida	7,99	8,39
(1)	A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2018 – 11,72) e 11,93 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2018 – 10,68).	

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	97,4%	92,9%
Bens Imóveis	0,2%	0,3%
Outros	2,5%	6,8%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2020		Banco/Consolidado 31/12/2019	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	6,8%	7,1%	7,1%	7,2%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,3%	3,3%	3,5%	3,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,8%	3,8%	4,0%	4,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

- (1) Banesprev II, V e Pré 75;
- (2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, válidos para 31 de dezembro de 2020 e 2019, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2020		Banco/Consolidado 31/12/2019	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(28.711)	(402.547)	(31.672)	(440.072)
(-)0,5%	32.099	450.049	35.572	494.257
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(47.637)	(667.904)	(51.720)	(718.632)
Aplicada (-) 2 anos	54.226	760.289	56.687	787.636

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	34.718	486.769	38.388	533.380
(-)0,5%	(31.637)	(443.569)	(35.060)	(487.146)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023
		01/2020 a 12/2022 2019 a 2023	03/2023 e 03/2024
Locais	Ações do Santander (Brasil)		2022 e 2023
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023	R\$ 4.916.667 (*)	R\$ 4.916.667 (*)
		01/2020 a 12/2022 2019 a 2023	03/2023 e 03/2024	R\$ 9.440.000 (*)	R\$ 9.440.000 (*)
Locais	Ações do Santander (Brasil)		2022 e 2023	841.446 SANB11	841.446 SANB11
					318.478 SAN
				318.478 SAN	1.664.983 opções s/ SAN
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025	1.664.983 opções s/ SAN	
				R\$ 14.356.667	R\$ 14.356.667
				841.446 SANB11	841.446 SANB11
				SANB11	318.478 SAN
				318.478 SAN	1.664.983 opções s/ SAN
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2020				1.664.983 opções s/ SAN	SAN

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Locais	Ações do Santander (Brasil)	10.776	-
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	865	-

f.1) Remuneração Variável Referenciada em Ações

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	101.232	93.756	103.696	98,441
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	94.166	99.395	98.069	104,068

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva de crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador imposto pela pandemia do COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados com muita cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, mantendo sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para aprovação de novas operações.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.).

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Security Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturação relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base de 2020, a exigência de PR é de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Nível I	77.571.525	66.481.661
Capital Principal	71.006.316	61.389.509
Capital Complementar (Nota 18.b)	6.565.209	5.092.153
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	6.554.451	5.083.808
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	84.125.976	71.565.469
Risco de Crédito (1)	478.303.523	407.786.238
Risco de Mercado (2)	15.846.255	20.235.208
Risco Operacional	57.419.401	47.965.481
Total de RWA (3)	551.569.179	475.986.927
Índice de Basileia Nível I	14,06	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	12,87	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,25	15,04

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.
- (2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).
- (3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2020.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(24.305)	(275.618)	(551.236)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(880)	(9.048)	(18.096)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.757)	(8.376)	(16.753)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(109)	(5.593)	(11.187)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(15.859)	(396.473)	(792.947)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.653)	(1.359)	(2.718)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(37.322)	(267.221)	(534.442)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(184)	(4.604)	(9.208)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(52)	(1.288)	(2.575)
Total (1)		(86.122)	(969.581)	(1.939.161)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				Consolidado
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(24.846)	(643.486)	(1.877.331)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(49.854)	(576.298)	(903.045)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(42.424)	(286.671)	(585.067)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.803)	(60.177)	(109.050)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(6.615)	(60.266)	(69.259)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(14.660)	166.540	317.466
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(655)	(16.371)	(32.742)
Total (1)		(141.857)	(1.476.729)	(3.259.028)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

i) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

ii) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

iii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé).

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil e estão pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil.

iv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição pelo Banco das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

v) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

vi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

vii) Alienação dos Investimentos da Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A alienou sua participação nas empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 e R\$ 14.770, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

viii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A., a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 60% do capital social da Toro Controle. A Toro Controle é uma holding que, em última instância, controla a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Toro Investimentos S.A. (em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

ix) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2020. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

x) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto “Paytec”), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos, A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

xi) Venda da totalidade da participação detida na CIBRASEC

Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

xii) Incorporação de parcela cindida da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda. (“Integrity”), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A (“Getnet”), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. (“SMPS Global”), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integrity, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integrity. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integrity teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$46.471.443 (31/12/2019 - R\$41.660.754) no Banco e R\$46.471.443 (31/12/2019 - R\$41.660.772) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.716.477 (31/12/2019 - R\$2.034.999) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$ 191.873.169 (31/12/2019 - R\$230.199.261) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020, na modalidade incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$392.189 (31/12/2019 - R\$1.829.578) no Banco e R\$392.189 (31/12/2019 - R\$1.821.864) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R\$392.189 (31/12/2019 - R\$392.189) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020, existem outras apólices vigentes relacionadas a outros ativos no valor de R\$8.674.721 (2019 - R\$7.623.279).

d) Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 Ano	670.619	651.207

Notas Explicativas

Entre 1 a 5 Anos	1.607.995	1.492.289
Mais de 5 Anos	171.420	147.125
Total	2.450.034	2.290.621

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$880 (31/12/2019 - R\$918) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2020, foram no valor de R\$358.656 (2019 - R\$700.958).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor. Valor de Mercado dos Ativos e Passivos Financeiros

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais		2020			
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.698.253	69.698.253	-	62.601.986	7.096.267
Títulos e Valores Mobiliários	233.248.338	234.844.495	135.118.884	65.394.153	34.331.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.840.075	32.840.075	-	32.258.845	581.230
Operações de Crédito	338.110.717	341.503.600	-	-	341.503.600
Total	673.897.383	678.886.423	135.118.884	160.254.984	383.512.555

Em milhares de Reais		2019			
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.367.494	43.308.918		43.308.918	

Notas Explicativas

Títulos e Valores Mobiliários	176.013.513	176.943.424	114.980.270	31.514.636	30.448.517
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.441.140	17.441.140		16.856.449	584.691
Operações de Crédito	280.899.334	283.662.100			283.662.100
Total	517.721.481	521.355.582	114.980.270	91.680.003	314.695.309

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor de mercado e seus respectivos valores de mercado em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019:

Em milhares de Reais					2020
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	390.051.798	390.093.916	-	-	390.093.916
Captações no Mercado Aberto	154.997.017	154.994.486	-	154.994.486	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	67.759.950	67.759.950	-	-	67.759.950
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70.627.767	71.017.560	-	-	71.017.560
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.269.465	36.269.465	-	35.642.321	627.144
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Total	732.825.657	733.255.037	-	190.636.807	542.618.230

Em milhares de Reais					2019
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	272.927.991	273.006.849	-	273.006.849	-
Captações no Mercado Aberto	123.940.990	123.959.974	-	123.959.974	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	54.879.561	54.879.561	-	54.879.561	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	85.962.615	86.149.489	-	8.715.382	77.434.107
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.623.362	20.623.362	-	20.058.605	564.757
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	10.175.961	10.175.961	-	10.175.961	-
Total	568.510.480	568.795.196	-	490.796.332	77.998.864

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor de mercado de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado e do nível dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor de mercado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu, respectivamente, que melhor se enquadram como nível 3 e também verificou a necessidade de alteração entre o nível 2 e nível 3 em ambos os casos face aos dados observáveis de mercado.

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco				
	2020		2019		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente
Receitas da Intermediação Financeira	99.165.058	-	99.165.058	74.721.192	74.721.192
Despesas da Intermediação Financeira	(83.174.153)	-	(83.174.153)	(50.096.357)	(50.096.357)

Notas Explicativas

Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.990.905	-	15.990.905	24.624.835		24.624.835
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/d)	(7.953.712)	(525.434)	(8.479.146)	(9.735.047)	(367.584)	(10.102.631)
Resultado Operacional	8.037.193	(525.434)	7.511.759	14.889.788	(367.584)	14.522.204
Resultado não Operacional (c)	73.290	167.000	240.290	102.588		102.588
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.110.483	(358.434)	7.752.049	14.992.376	(367.584)	14.624.792
Imposto de Renda e Contribuição Social a/b/c/d	7.847.547	124.639	7.972.186	(1.772.324)	2.793.034	1.020.710
Participações no Lucro	(1.668.087)		(1.668.087)	(1.557.012)		(1.557.012)
Lucro Líquido	14.289.943	(233.795)	14.056.148	11.663.040	2.425.450	14.088.490

	Consolidado					
	2020			2019		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira	108.988.273		108.988.273	82.740.412		82.740.412
Despesas da Intermediação Financeira	(87.750.952)		(87.750.952)	(51.759.742)		(51.759.742)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	21.237.321		21.237.321	30.980.670		30.980.670
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/d)	(12.029.617)	(525.434)	(12.555.051)	(13.851.206)	(367.584)	(14.218.790)
Resultado Operacional	9.207.704	(525.434)	8.682.270	17.129.464	(367.584)	16.761.880
Resultado não Operacional (c)	71.967	167.000	238.967	8.479		8.479
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.279.671	(358.434)	8.921.237	17.137.943	(367.584)	16.770.359
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b/d/c)	6.414.815	124.652	6.539.467	(3.309.107)	2.847.034	(462.073)
Participações no Lucro	(1.857.937)		(1.857.937)	(1.734.870)		(1.734.870)
Participação dos Acionistas Minoritários	(133.387)		(133.387)	(392.429)		(392.429)
Lucro Líquido	13.703.162	(233.782)	13.469.380	11.701.537	2.479.450	14.180.987

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Santander
(Brasil) S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela exclusão do PAA sobre mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e

prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da administração na constituição de provisão.

A administração também considerou os impactos da Resolução CMN no 4.803, de abril de 2020, e Resolução CMN no 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da COVID-19.

Adicionalmente, a administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para considerar os impactos da COVID-19 na mensuração da perda esperada de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, verificamos que os ajustes efetuados na provisão para créditos de liquidação duvidosa foram aprovados pelos órgãos de governança apropriados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(r) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura

complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers Edison Arisa Pereira
Auditores Independentes Contador CRC 1SP127241/O-0
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2020 e exercício social de 2020, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

CONSELHO FISCAL

Guilherme de Andrade So Consiglio – Presidente

Antônio Melchiades Baldisera

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2020 do Santander e do Conglomerado Prudencial em padrão BRGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998, 4.557/2017 e 4.658/2018, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2020, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao planejamento das áreas para as recomendações que eventualmente tiveram atrasos devido ao impacto da pandemia. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2020. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2020, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2020, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento da implantação e impacto do PIX; (v) acompanhamento da evolução do Openbanking; (vi) acompanhamento de

temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vii) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (viii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (ix) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; (x) adequação à regulação específica para atendimento à crise sanitária e econômica; e (xi) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD. No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2020, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

Comitê de Auditoria
Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira
René Luiz Grande

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2020:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mario Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno De Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhaes
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vitor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2020:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mario Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudénice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno De Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivares de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vítor Ohtsuki